

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FÁBIO LUCIANO OLIVEIRA COSTA

AS REFORMAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS NEOLIBERAIS NAS DÉCADAS DE
1980 E 1990

CURITIBA
2010

FÁBIO LUCIANO OLIVEIRA COSTA

AS REFORMAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS NEOLIBERAIS NAS DÉCADAS DE
1980 E 1990

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Sociologia Política no curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Dr. Renato Perissinotto

CURITIBA
2010

RESUMO

Este trabalho desenvolve um estudo de revisão bibliográfica sobre as reformas políticas e econômicas neoliberais no contexto das décadas de 1980 e 1990. A abordagem sobre as reformas aqui tratadas levou em consideração a descrição de alguns de seus aspectos característicos, em primeiro lugar, para os países desenvolvidos; em segundo lugar, para os países subdesenvolvidos, tomando como exemplo o caso da América Latina; e por fim o Brasil como um breve estudo de caso. Além da introdução que apresenta o tema e os objetivos do trabalho, o texto conta com o capítulo 1, o qual analisa determinadas influências que o neoliberalismo passou a ter nas reformas políticas e econômicas dos Estados de Bem-Estar Social em alguns dos principais países desenvolvidos, ao discutir o argumento de que as propostas neoliberais de construção de um “Estado mínimo” como crítica ao Estado de Bem-Estar, não foi efetivada, mas ao contrário, o Estado continuou a desempenhar papel vital na intervenção e na regulação social, na manutenção e na reprodução do capitalismo, e graças ao seu papel é que as reformas neoliberais puderam ser implementadas. O capítulo 2 pretende discutir as reformas neoliberais para os países latino-americanos em seu conjunto, cujos resultados continuaram a gerar os mecanismos impostos pela dependência política, econômica, social e cultural dos países desenvolvidos e suas grandes instituições multilaterais de crédito, com o aumento do número da pobreza para grande parcela da população e da concentração da riqueza nesses territórios, promulgada pelo consenso das elites locais, as principais beneficiadas com as reformas, e uma significativa parcela intermediária, que junto com boa parte da grande massa de pobres e miseráveis, compactuaram sem muita resistência ao novo projeto. O capítulo 3 trata das reformas neoliberais para o Brasil. Os rumos tomados com o processo de democratização no país desde meados da década de 1970, prolongado pela década de 1980, anteciparam as reformas econômicas instaladas nos anos de 1990. Mesmo como o país mais desenvolvido entre os países latino-americanos, o Brasil continuou como o mais desigual quanto à distribuição da riqueza no continente, e uma das piores de todas as nações do mundo. Um último tópico tece considerações finais ao reforçar o argumento de que o neoliberalismo consistiu numa nova forma de imperialismo implementado pelos países desenvolvidos, principais beneficiados com as reformas, ao enfatizar o caráter distinto que as mesmas assumiram tanto para os países desenvolvidos, quanto para os países subdesenvolvidos.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Estados de Bem-Estar Social. Estados latino-americanos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 AS REFORMAS NEOLIBERAIS PARA OS PAÍSES DESENVOLVIDOS	
2.1 A primazia dos países ricos.....	8
2.2 Os Estados Unidos enquanto potência hegemônica mundial.....	16
3 AS REFORMAS NEOLIBERAIS PARA OS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS: O CASO DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS	
3.1 Neoliberalismo na América Latina: a ampliação da má distribuição da riqueza.....	24
3.2 O impacto do neoliberalismo na década de 1990.....	31
4 AS REFORMAS NEOLIBERAIS PARA O BRASIL	
4.1 A democracia neoliberal e a garantia da “continuidade”	38
4.2 A abertura econômica brasileira.....	42
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho desenvolve um estudo de revisão bibliográfica sobre as reformas políticas e econômicas neoliberais no contexto das décadas de 1980 e 1990. A força, extensão e impacto que tais reformas neoliberais passaram a ter, com maior ou menor intensidade, em escala global, introduziram mudanças importantes nas organizações sociais contemporâneas. Apesar do paradigma ter produzido, como não poderia deixar de ser, casos particulares no desenvolvimento de seu projeto numa extensa lista de Estados, o neoliberalismo promoveu reformas que garantiram e elevaram a diferenciação entre os ricos e os pobres no mundo.

O velho discurso liberal de que o mercado encontraria as melhores alternativas para promover a justiça social encobriu mais uma vez as reais intenções da tradicional ideologia, que com o neoliberalismo sofreu uma carga de contestação bem menor do que em períodos anteriores do liberalismo, ao facilitar a legitimação da hegemonia dominante com a diminuição dos conflitos de oposição à ideologia e práticas do sistema capitalista.

A abordagem sobre as reformas políticas e econômicas neoliberais aqui tratadas levou em consideração a descrição de alguns de seus aspectos característicos, em primeiro lugar, para os países desenvolvidos; em segundo lugar, para os países subdesenvolvidos, tomando como exemplo os países da América Latina; e por fim o Brasil como um breve estudo de caso.

Dado o caráter do estudo monográfico, em nenhum dos três capítulos pretendeu-se analisar com maiores detalhes um tema que nos permite derivar para uma série extensa de novas possibilidades de estudo, inclusive aqueles que levem em consideração uma interpretação que possa contemplar as características e os impactos das reformas neoliberais em Estados e territórios específicos, bem como sua força sobre grupos ou parcelas populacionais particulares.

O capítulo 1 analisa determinadas influências que o neoliberalismo passou a ter nas reformas políticas e econômicas dos Estados de Bem-Estar Social em alguns dos principais países desenvolvidos, ao discutir o argumento de que as propostas neoliberais de construção de um “Estado mínimo” como crítica ao Estado de Bem-

Estar, não foi efetivada, apesar dos ataques sofridos pelo Estado no que diz respeito à proteção social dada aos trabalhadores; na desregulação econômica; na venda de parte importante do patrimônio público; na participação ao incentivo do desenvolvimento dos mercados financeiros etc. Ao contrário, o Estado continuou a desempenhar papel vital na intervenção e na regulação social, na manutenção e na reprodução do capitalismo, e graças ao seu papel é que as reformas neoliberais puderam ser implementadas.

O capítulo 2 pretende discutir as reformas neoliberais para os países latino-americanos em seu conjunto, cujos resultados continuaram a gerar os mecanismos impostos pela dependência política, econômica, social e cultural dos países desenvolvidos e suas grandes instituições multilaterais de crédito, com o aumento do número da pobreza para grande parcela da população e da concentração da riqueza nesses territórios.

Os números apresentados sugerem os reflexos do tamanho e o grau da exploração sofrida para um contingente muito grande de latino-americanos, como no caso do aumento das dívidas públicas *per capita*, da especulação financeira e dos índices de desemprego; da venda do patrimônio público; da diminuição do papel do Estado no atendimento aos serviços públicos mesmo com o crescimento, de uma forma geral, do gasto social público em alguns países latino-americanos; e por consequência, do aumento da pobreza e da miséria, enquanto as pequenas elites locais, as principais beneficiadas, compactuadas com os grandes capitais estrangeiros e tendo classes médias nacionais subservientes, aumentaram seu poder sobre a concentração da riqueza.

O capítulo 3 trata das reformas neoliberais para o Brasil. Os rumos tomados com o processo de democratização no país desde meados da década de 1970, prolongado pela década de 1980, anteciparam as reformas econômicas instaladas nos anos de 1990. Mesmo como o país mais desenvolvido entre os países latino-americanos, o Brasil continuou como o mais desigual quanto à distribuição da riqueza no continente, e uma das piores de todas as nações do mundo. Ao pensarmos no tamanho do desenvolvimento econômico e da produção de riquezas conquistadas pelo

país na segunda metade do século XX, o significado da desigualdade social brasileira ganha uma significação muito maior do que simples palavras.

Um último tópico tece considerações finais ao reforçar o argumento de que o neoliberalismo consistiu numa nova forma de imperialismo implementado pelos países desenvolvidos, principais beneficiados com as reformas, ao enfatizar o caráter distinto que as mesmas assumiram tanto para os países desenvolvidos, quanto para os países subdesenvolvidos.

2 AS REFORMAS NEOLIBERAIS PARA OS PAÍSES DESENVOLVIDOS

2.1 A primazia dos Estados ricos

Com maior ou menor grau de desenvolvimento, o liberalismo econômico cumpriu a função de interligar mercados diferenciados em parceria com a necessidade de expansão do capitalismo, estabelecendo não só mercados que buscavam a auto-regulação, mas criaram outras formas de relações econômicas, como o imperialismo econômico europeu, onde as potências industrializadas, lideradas pelos seus Estados nacionais, lutaram constantemente entre si para impor suas formas comerciais aos mercados subjugados pela (neo)colonização, tais quais as que foram travadas no século XIX e primeira metade do século XX, dada a fertilidade das riquezas extraídas destas formas de exploração. Paralelamente, a regulação exercida pelo Estado não teve menor importância sobre as estruturas sociais internas dos países desenvolvidos, seja ela para atender aos interesses dos trabalhadores ou para estimular o desenvolvimento do capital (POLANYI, 1980).

No plano teórico, um possível marco inicial para o neoliberalismo é remetido a Friedrich Hayek, com o livro “O Caminho da Servidão”, cuja primeira edição data de 1944. Este texto é apresentado por alguns autores como a base para a formulação das críticas às políticas intervencionistas dos Estados desenvolvidos, que limitavam o desenvolvimento do mercado livre coagindo a promulgação da liberdade tanto econômica quanto política, ao assegurar direitos aos trabalhadores (ANDERSON, 1995; BRESSER-PEREIRA, 2010; SALAMA, 1997).

O caminho para a servidão de Hayek estaria pautado na planificação imposta pelo Estado para regular e organizar a economia, e por consequência, as demais instâncias da vida social. As idéias do socialismo só poderiam ser executadas através de governos ditatoriais, organizados sob mecanismos hierárquicos com fortes poderes coercitivos, em que a liberdade de pensamento, tais como as que foram vistas no século XIX dentro do Estado liberal europeu, seriam expressamente condenadas. Uma filosofia da economia política de caráter liberal defendia a liberdade através da auto-

regulação do mercado, que representaria a manifestação de uma ordem espontânea que não é intencional, que independe de vontades particulares dos indivíduos.

Qualquer estratégia de regulação que contrariasse essas regras seria considerada funesta e prejudicial para a construção do coletivo social, como no caso da planificação econômica impulsionada pelos Estados socialistas com a Revolução Russa em 1917; ou no caso dos fascismos da Itália e da Alemanha nos anos que se seguiram entre o intervalo da Primeira com a Segunda Guerra Mundial no início do século XX. Ao Estado caberia o cumprimento de uma função, a de não permitir que qualquer coisa atrapalhasse a livre e natural regulação do mercado (HAYEK, 1984).

O liberalismo segundo (BOBBIO, 2000), enquanto teoria econômica se esforça para implementar uma economia de livre mercado; enquanto teoria política prega um Estado que interfira o mínimo possível nas formas de regulação social. De um lado, há uma intrínseca relação entre estas duas teorias, pois uma das maneiras de diminuir a participação do Estado seria a de o afastar dos assuntos econômicos; de outro, elas são dissociadas quando ocorreu, sobretudo no século XIX, a separação entre o poder político e o poder religioso durante a formação dos Estados laicos europeus, junto à estruturação de um Estado de livre mercado (que distingue o poder político do poder econômico).

Essa separação foi fundamental para que as elites nacionais européias aproximassem suas relações com o Estado liberal, no intuito de desenvolver soluções para as crises (apenas para citar algumas da primeira metade do século XX: Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa, Regimes Fascistas, Segunda Guerra Mundial) do capital e das pressões exercidas pelos trabalhadores para ampliar seus direitos. A incorporação de distintos setores populacionais ao Estado capitalista, inspirado pela teoria keynesiana de crescimento econômico com aumento da oferta de emprego e do consumo, exigiu uma maior abertura social para a participação democrática populacional em massa, diante de uma nova hegemonia burguesa que prevaleceu enquanto consenso, já que não chegou a alterar substancialmente as estruturas históricas das desigualdades capitalistas depois da segunda metade do século XX, mesmo com a força dos movimentos sociais de distintas categorias em todo o mundo durante esse período.

No caso da Alemanha Ocidental, (POCHMANN, 2001) ressalta um exemplo do processo de desestatização criado para privatizar empresas que possuíam participação no Estado, como o que ocorreu com a Volkswagen no ano de 1961 durante o governo de Konrad Adenauer. Uma ampliação deste raciocínio privatizador de incentivo ao livre mercado será retomada com força nos governos de Margaret Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos no início da década de 1980 (BORON, 1994; GOMES, 2006; NAVARRO, 1997, SANTOS, 2004; STIGLITZ, 2002).

O governo Thatcher diminuiu a emissão de moedas e os impostos para os grupos de maior poder aquisitivo; elevou as taxas de juros e os níveis de desemprego; combateu o sindicalismo e as greves dos trabalhadores; acabou com os controles sobre os fluxos monetários ao mesmo tempo em que houve uma reestruturação dos gastos sociais, além da massiva privatização que atingiu a habitação pública, as indústrias básicas, o petróleo, a eletricidade, o gás, a água (ANDERSON, 1995, p. 12). No ápice da crise inglesa, a saída adotada pelo Estado foi a desregulação econômica, em que o descontrole dos mercados financeiros, as flutuações cambiais e as taxas de juros impediram que a política monetária e cambial interdependente pudesse estabilizar a economia.

A justificativa para a implantação do neoliberalismo apareceu com a crise do Estado de Bem-Estar Social, dentro de uma crise maior do modelo econômico capitalista, em meio à necessidade de encontrar novas alternativas para incentivar a acumulação de capital privada (CORTEZ, 2008). Dentre esses fatores de crise, os gastos dos Estados desenvolvidos passaram a extrapolar a arrecadação tributária e gerar déficit fiscal, aumentando as necessidades de assistência e à proteção dada aos trabalhadores; crise na acumulação do Estado, pois com a menor arrecadação dos impostos sobre os assalariados, gerados pelo maior desemprego, e da arrecadação do capital que passa a contar com menores investimentos na produção, os Estados nacionais somaram dívidas públicas (internas e externas) na casa das centenas de bilhões de dólares (TOLEDO, 1997).

Para (LAURELL, 1997, p.167), “as quatro estratégias concretas da implantação da política social neoliberal são o corte dos gastos sociais, a privatização, a centralização dos gastos sociais públicos em programas seletivos contra a pobreza e a

descentralização”. Talvez possa ser acrescentada a esta lista uma quinta estratégia neoliberal, conforme será tratado adiante, o da especulação financeira dos mercados de capitais. Da mesma maneira que garantiu o bem-estar a amplos setores da população nos países ricos, foi também o Estado que retirou muito desses direitos dos trabalhadores, mediante a nova organização da divisão social do trabalho nas décadas de 1980 e 1990.

A explicação de (NAVARRO, 1997), relata que as técnicas racionais do trabalho até fins da década de 1960 passaram a ser substituídas por uma nova forma racional de administração e gerenciamento a partir de 1980, com transformações na organização e administração das condutas do processo de trabalho. Estas mudanças foram possíveis devido à inserção do processamento eletrônico de dados e dos componentes da informática, que viriam a provocar a centralização da direção e do controle desses processos, junto com a descentralização da execução política (ANTUNES, 2000).

As formas de trabalho ancoradas na terceirização ou na contratação de tempo limitado por parte de pequenas empresas, incentivadas pelo paradigma japonês, teve um salto nos Estados Unidos na década de 1980. Este modelo acabou por organizar importante parcela da produção em função da interligação de vários produtores e fornecedores que empregaram trabalhadores seletivos, especializados, com baixos salários e menores direitos trabalhistas, com a forma de trabalho em tempo parcial e mal organizada.

Manteve-se a dependência mútua entre os trabalhadores e os que organizaram e distribuíram a produção, em benefício desses últimos, reconhecida como legítima diante das normas firmadas em centros regionais, como no caso da aceitação da baixa remuneração do salário, da mobilidade e da incorporação dos indivíduos junto às necessidades do mercado.

Grandes setores da produção norte-americanos foram transferidos para distintas regiões do país, ou mesmo para outros países onde os encargos trabalhistas eram menores, que dispunham de uma força operária menos organizada e com incentivos fiscais atraentes. A redução do emprego que diminuiu o poder aquisitivo dos trabalhadores nos Estados Unidos e na Inglaterra na década de 1980 esteve

relacionada também com o desenvolvimento das grandes empresas multinacionais e transnacionais por todo o planeta. A maior parte dessas corporações saíram dos principais países desenvolvidos impulsionadas pelos efeitos da globalização. Seus proprietários têm contribuído para endereçar a reservada lista das grandes fortunas privadas no mundo, das quais muitas superam a produção anual de riquezas de vasta quantidade de países.

A luta desenfreada pelos trabalhadores para garantir sua inserção no mercado regido com regras e normas descentralizadoras diminuiu o incentivo para a organização coletiva no ambiente de trabalho e para a criação de novas formas de solidariedade entre os indivíduos. As organizações sindicais que, por exemplo, na década de 1970 e até na de 1980 tinham como principais propostas de reivindicação a crítica ao sistema capitalista, na década de 1980 e na de 1990, com menor participação no número de sindicalizados, reorientaram suas estratégias de luta através da negociação de classes, como no caso da inserção na participação dos lucros empresariais pelos trabalhadores com maior estabilidade no trabalho.

Quando entre 1950 e 1973, países como a Alemanha, Itália, Inglaterra e França apresentaram uma taxa de desemprego inferior a 5%, proporcionada pelo Estado de Bem-Estar, na década de 1990 o número esteve em torno dos 10% para os mesmos países, elevado pelas contribuições das novas formas de organização do trabalho.

O resultado mundial dessa situação foi sintetizado no questionamento de (ANTUNES, 2000). O que poderíamos dizer dos resultados provocados pelo modelo neoliberal no final do século XX, que contava com algo em torno de 1 bilhão e 200 milhões de pessoas, ou seja, um terço da humanidade que trabalhava, fora do mercado de trabalho, enquanto rios de dinheiro circulavam pelos mercados financeiros especulativos?

As reformas políticas e econômicas neoliberais dos Estados beneficiaram principalmente os 20 a 30% mais ricos de suas populações nacionais, através da redução dos impostos, do incentivo ao aumento exorbitante do consumo e da extraordinária concentração de bens e capitais especulativos. As crises constantes no cenário capitalista iniciada na segunda metade da década de 1960, arrastada pela

década de 1970 e de 1980, fizeram com que ascendesse uma nova direita conservadora na administração destes Estados. A idéia do livre mercado retomou a dianteira para estimular o desenvolvimento do capitalismo, a ser estabelecida como o principal agente para a captação de recursos econômicos e para atender às necessidades particulares dos indivíduos.

Junto à proposta de liberalização do mercado e da ampliação dos fluxos comerciais em escala global, houve uma diminuição da atuação do Estado na economia feita principalmente com a destituição dos direitos históricos conquistados pelos trabalhadores, da privatização das empresas estatais, da desregulamentação dos mercados de trabalho e de capitais, da especulação financeira de capitais, dos baixos salários em massa e da elevação das taxas de juros.

A idéia e a tentativa de implantação de um “Estado mínimo” não necessariamente desenvolveu um Estado fraco, mas pelo contrário, a força estatal foi suficiente para fragmentar ainda mais a classe trabalhadora e o poder dos sindicatos, para administrar os fluxos monetários, para o incentivo à abertura do mercado interno ao comércio internacional e para implementar as diversas reformas necessárias, como as fiscais, previdenciárias e na administração, funções que o Estado deveria cumprir para desenvolver o capitalismo competitivo e a criação de uma sociedade de mercado livre.

O Estado do bem-estar social, como diz Galbraith, “veio para ficar”. Mas veio para ficar não só porque estabelece um sistema de seguridade social para os trabalhadores, mas principalmente porque regula a concorrência intercapitalista (Banco Central, bancos estatais e nacionais de desenvolvimento, Tesouro Nacional, Superintendências de Desenvolvimento etc.), cria demandas (obras públicas, forças armadas, funcionalismo público), especializa a força de trabalho (escolas e universidades públicas), transmite os valores empresariais (concessão de rádio, televisão etc.), controla a oferta de trabalhadores (legislação trabalhista, hospitais públicos, políticas demográficas etc.). Defende a propriedade privada e faz valer os contratos (Polícia, Justiça, tribunais, presídios, manicômios públicos etc.), perenizando assim o sistema salarial. (MALAGUTI, 1997, p. 234).

A intensificação da globalização, do processo de integração das economias mundiais nas décadas de 1980 e 1990 com a formação dos grandes capitais transnacionais, não impediram que o Estado continuasse a manter sua posição de

centro estratégico no mercado mundial. Foram os Estados que incentivaram ou desestimularam os processos de integração regional, mediante seus aparatos institucionais e de seu poder de legitimação e de repressão.

Mesmo com a diminuição do crescimento proporcional do produto interno bruto na maioria dos países membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), não houve diminuição na proporção total do gasto social público. Abre-se a década de 1990 com um crescimento médio de 42% para 48% desse gasto registrado na década de 1980 em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), mantido ou mesmo elevado em alguns países até o final do milênio, devido, sobretudo ao aumento do gasto social com o desemprego e da elevação no número de aposentados acolhidos pelo Estado.

Com exceção da Holanda e do Reino Unido, os demais países desenvolvidos continuaram a apresentar uma crescente participação do emprego público em relação ao montante global da ocupação em cada território, apesar da diminuição dos empregos no setor privado, que entre os anos de 1970 até 1995 diminuiu 25% em países como Alemanha, Itália e Inglaterra. (POCHMAN, 2001).

Em 1980 chega-se a uma média de gasto público relacionado ao PIB de 42,6%. Alguns países, como Bélgica (58,6%), Holanda (55,2%), Suécia (60,1%) chegam próximos a 60%. Todos são países voltados para os gastos sociais e não para o gasto militar. Alemanha (47,9%) e Japão (32,0%) estão proibidos de expandir seus gastos militares no período e se voltam intensamente para o desenvolvimento científico-tecnológico e o crescimento econômico com base em forte competitividade internacional. A França (46,1%), os Estados Unidos (31,8%) e o Reino Unido (43,0%) são grandes investidores no setor militar, mas também aumentam muito seus gastos no período. (SANTOS, 2004, p.103).

Alguns autores preferiram classificar como “Estado Providência”, aquele onde significativa parte do exercício governamental fosse destinado a assegurar previdência e seguridade social à sua população (ESPING-ANDERSEN, 1993), mas também, como acrescenta (FIORI, 1997), um Estado que deveria ser compreendido através de suas atividades estatais com o funcionamento do mercado e o papel da família para providenciar a seguridade social. O Estado neoliberal na década de 1990 não

desmontou o Estado de Bem-Estar Social, mas a “reconstrução de um novo Estado Providência” (ROSANVALLON, 1998, p. 63) gerou, como no caso dos Estados Unidos, uma sociedade que buscou reparar danos de gigantescas proporções estruturais, mediante o incentivo de uma lógica individualista que deveria ser constantemente aperfeiçoada.

Neste caso, direitos sociais foram transformados em direitos civis, que acabaram por refletir numa diminuição da força pensada no sentido da solidariedade social; o indivíduo marginalizado passou a ter que incorporar a filosofia das vítimas do sistema social capitalista, muitas vezes recompensado por uma indenização pública ou mesmo privada, dada a sua condição social excludente. Esta parcela populacional passou a ser vítima de uma situação imposta que criou uma falsa idéia de imutabilidade para a manutenção das desigualdades sociais.

Concessão para as camadas mais ricas da população com a diminuição dos impostos e incentivos para a especulação financeira, converteram-se em políticas de Estado para elevar o bom funcionamento do sistema capitalista. Com o fim do sistema de Bretton Woods em 1971, (BRESSER-PEREIRA, 2010) afirma que o mercado financeiro mundial passaria por grandes mudanças, já que aumentaria seu poder de gerar uma riqueza financeira artificial muito além da que é encontrada na produção de bens e serviços, aumentaria extraordinariamente os ativos financeiros em circulação no mundo e potencializaria as taxas de lucros dessas instituições financeiras. Esta forma contemporânea de exploração de pequenos grupos sobre toda a população mundial tem contribuído para desestruturar a economia global, e conseqüentemente aprofundar as crises constantes dos Estados capitalistas.

Muitas dívidas privadas foram transformadas em dívidas públicas, como as fileiras de dívidas oriundas de grandes corporações, no caso dos bancos ou empresas de alto porte, assumidas pelos Estados a partir de 1980. Ao invés do dinheiro servir para criar empregos, foi usado para não impedir um quebra geral dos setores privados, que por sua vez falidos, também levariam a um desenfreado aumento do desemprego. De fato, com essas políticas, a propriedade continuou concentrada e houve uma diminuição sensível na oferta de trabalho industrial aumentando o desemprego,

deslocando parte da população trabalhadora para o setor parcial e temporário ou para o setor informal da economia.

Com isto, também cresceu a dívida dos Estados, que para negociar essas pendências financeiras, disponibilizaram parte dos montantes dos capitais na forma de títulos públicos especulativos a altos juros, comprados em sua maioria pelos grandes capitais privados, os quais estabeleceram relações de influência com os governos no intuito de controlar os recursos públicos.

2.2 Os Estados Unidos enquanto potência hegemônica mundial

O Governo de Reagan na década de 1980 nos Estados Unidos não conseguiu mais do que promover um pequeno crescimento econômico, inferior quando comparado com o de outros países desenvolvidos e voltado principalmente para o setor militar e de serviços. No primeiro setor, a sociedade americana legitimou a importância das armas e da pesquisa espacial para a manutenção da sua condição de potência exclusiva, com supremacia no desenvolvimento de tecnologias de armamentos e no uso destas armas em diferentes cantos do mundo para a manutenção da “ordem”. Sobre os serviços, seu crescimento prejudicou os trabalhadores com a diminuição dos salários e os cortes de muitos dos direitos trabalhistas conquistados ao longo das lutas históricas pelos trabalhadores; além de ter gerado uma menor arrecadação do Estado sobre o trabalho assalariado que contribuiu para elevar os números exorbitantes das dívidas públicas.

Como resultado, aumentou o déficit comercial dos Estados Unidos com o resto do mundo e a valorização do dólar foi impulsionada pela intermediação do setor financeiro na dívida pública. O Estado norte-americano passou a emitir bônus de dívida, ao invés de moeda, aumentando significativamente a taxa de juros para atrair capitais externos. Os alemães e os japoneses foram os que mais investiram nestes títulos, que levou a um fortalecimento do marco e do yen neste período e de seus setores financeiros nacionais.

Depois de 1982 a Alemanha assumiu a liderança do sistema monetário europeu através das políticas adotadas com a perspectiva de longo prazo para ajustar

e reestruturar a indústria. O fortalecimento de sua posição industrial, comercial e financeira, permitiu-lhe assumir o papel de destaque no processo de integração e expansão econômica dos países ricos europeus até o final dos anos de 1980. No Japão, desde a primeira crise do petróleo na década de 1970, o Estado promoveu um ajuste macroeconômico de valorização do iene frente ao dólar até o final da década de 1980 na tentativa de equilibrar sua balança comercial, além de orientar o desenvolvimento industrial não estritamente relacionado com o livre mercado. Nas situações de crise, o Japão nesse período financiou a dívida pública a baixas taxas de juros, mesmo quando teve que colocar títulos no mercado especulativo com taxas de juros mais altas, ao garantir estabilidade e o suporte para o desenvolvimento.

No caso da Alemanha, a estratégia foi de consolidação de sua posição dominante na CEE e de controle da integração europeia. No caso do Japão, existe claramente uma estratégia de globalização mais completa, que envolveu num primeiro estágio uma nova divisão do trabalho na Ásia e a conquista em grande escala do mercado norte-americano (TAVARES & FIORI, 1993, p. 43).

As mega-transações financeiras que criaram enormes déficits comerciais nos Estados Unidos na década de 1980, favorecendo a Alemanha, o Japão e os Tigres Asiáticos, foram sentidas e em parte, pagas pelas economias periféricas do sistema capitalista, tais como as dos países latino-americanos, na forma da elevação dos juros sobre as dívidas externas que assaltaram os cofres públicos desses Estados e suas populações, diminuindo os investimentos públicos e privados sobre as economias hiper-inflacionárias desses países.

A elevação da taxa de juros nos Estados Unidos em 1979 provocou um efeito que foi alastrado para inúmeros outros países de todo o mundo. Para os sete grandes países capitalistas (Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, França, Alemanha, Itália e Japão), nomeados de “G7” (Grupo dos Sete), e criado pelo presidente norte-americano Jimmy Carter (na década de 1970) para formular políticas comuns aos países desenvolvidos, a participação da dívida pública bruta no PIB aumentou de aproximadamente 37% no início da década de 70 para 67% na primeira metade da década de 1990.

No mesmo sentido, a porcentagem do pagamento de juros líquidos sobre o receituário das despesas públicas subiu de 3,9% para 6,1% nos Estados Unidos; de 2,7% para 6,1% na Alemanha; de 1,8% para 6,2% na França; de 11,1% para 21,1% na Itália, no período de 1980 a 1994. O Japão e o Reino Unido escaparam à regra imposta aos principais países desenvolvidos, conseguindo baixar os gastos com pagamentos de juros em relação ao gasto público total nesse mesmo período, o primeiro de 3,3% para 0,7% e o segundo de 7,3% para 6,9%. Para a participação da dívida pública bruta no PIB desses países, houve um aumento médio de 36,8% em 1973, 43,2% em 1980, 55,5% em 1985, 59,5% em 1990 e 67,3% em 1994 (SANTOS, 2004).

Quando na década de 1980 o Japão, os Tigres Asiáticos e a Alemanha ganharam com a especulação dos títulos da dívida pública norte-americana, graças à intervenção do Estado norte-americano que não permitiu uma significativa desvalorização do dólar, dos ativos financeiros, dos imóveis mundiais e aumentou as taxas de juros sobre as receitas públicas, tendo por conseqüência um baixo crescimento econômico, na maior parte da década de 1990 tivemos um maior crescimento econômico dos Estados Unidos no período de 1993 a 2000, e uma recessão que para o Japão se estendeu de 1993 a 1999; na Alemanha a crise começou em 1991 e durou toda a primeira metade da década, mas retomou o crescimento junto com a maior parte dos países europeus desenvolvidos entre 1995 a 2000.

Em 1987 a crise financeira retirou um trilhão de dólares da economia mundial em menos de uma semana (TAVARES & FIORI, 1993). Essa forma de riqueza acumulada e não associada diretamente à produção gerou no mundo um fluxo de capitais em curto prazo de cifras absurdas, que viajaram pelo planeta graças à globalização das tecnologias da informação e da comunicação na procura de sua reprodução imediata. Boa parte destes fundos foi controlada por fundos de pensão norte-americanos ou por fundos de orientação especulativa. A política de juros altos dos EUA e as flutuações cambiais na década de 1980 provocaram um aumento da internacionalização dos bancos privados dos países ricos, principalmente no Japão e na Alemanha, colocando em embate a operacionalização das políticas de regulação

financeira e macroeconômica que pudessem beneficiar os interesses dos Estados nacionais e das instituições econômicas privadas.

Os altos e baixos na economia dos Estados Unidos, com a recuperação de 1993 a 2000 foram acompanhados de perto e provocaram oscilações semelhantes na economia alemã. O Japão entrou num ciclo diferenciado destes dois outros países, o período de crescimento para os Estados Unidos, bem como para a Alemanha na segunda metade da década de 1990, foi marcado pela crise no Japão no mesmo período.

Como o Japão tinha se tornado o principal mercado dos Tigres Asiáticos, a desvalorização do iene diminuiu as exportações das economias em países do Sudeste Asiático, que também tiveram que desvalorizar suas moedas para tentar aumentar as exportações. Muitos dos capitais que saíram do Leste Asiático a partir de 1997 foram parar nos Estados Unidos, incentivados pela volta do aumento da taxa de juros determinadas pelo Federal Reserve Bank (FED); ou em países conservadores europeus como a Alemanha.

No Leste Asiático, a China na década de 1990 apareceu como uma exceção frente à crise, com a abertura de sua economia para o mercado, na qual tornou-se o principal país que mais exportou para os Estados Unidos nesse período. O aumento de sua produtividade feita com uma mão-de-obra barata, com produtos vendidos próximos ao preço de custo e com o fluxo cambial desvalorizado, impuseram à China uma taxa de crescimento média próxima aos 10% durante essa década. A maior parte da indústria chinesa continuou a pertencer ao Estado e a oferecer emprego para aproximadamente 77% dos trabalhadores concentrados nos centros urbanos, além de ter tido uma participação média de 55% no montante total das receitas chinesas (MENGZI, 2000).

A retomada do crescimento econômico norte-americano em 1993 com o governo de Bill Clinton e logo seguido pelos países desenvolvidos europeus, novamente, foi proporcionado graças ao sacrifício do resto do mundo. Nos países do Leste Europeu, abertos à economia de mercado depois da dissolução dos regimes socialistas no final da década de 1980, tiveram como resultado a privatização do patrimônio público, o aumento do desemprego e a elevação das dívidas externas.

Em 1999 a Rússia declarou moratória de sua dívida externa diante do fracasso das reformas neoliberais que acumulavam uma década, com a queda em torno de 60 % de sua produção industrial e 54% do PIB; a crise asiática em 1997 impôs um freio ao bom crescimento que as economias emergentes do Leste Asiático vinham obtendo nas duas últimas décadas e colocou os índices médios de desemprego acima dos 20%; os conflitos interétnicos de caráter religioso e as fontes de petróleo que sustentaram a economia de alguns países do oriente médio, continuaram a manter os constantes conflitos civis e as guerras entre os interessados em suas riquezas; a fome e a miséria continuaram a percorrer os países da África e de maneira semelhante fez parte do cotidiano de aproximadamente 50% da população nos países da América Latina.

A diminuição dos juros altos e as políticas de desvalorização cambial voltaram a incentivar o crescimento norte-americano depois de várias crises cambiais e financeiras. Os índices chegaram próximos do pleno emprego (3,4% em 1999). Houve um rápido processo de ajuste de alternativas microeconômicas às situações da realidade, geradas pelo investimento em alta tecnologia que substituísse o padrão antigo e permitisse aos Estados Unidos continuar a impor sua situação de potência hegemônica com tecnologia de ponta frente ao resto do mundo. A desvalorização dos ativos e os baixos níveis de juros permitiram a transferência de capitais para as empresas na forma de valorização dos títulos empresariais contidos nas bolsas de valores e outras fontes de capitalização, deslocando os investimentos do setor produtivo para os mercados especulativos financeiros. De 1998 a 2000, o crescimento da economia norte-americana foi de 4,3%, 4,2% e 5,2%.

Teria sido este o resultado de mais de cinquenta anos de consolidação do Estados Unidos como potência hegemônica mundial. Ao citar Wallerstein, (SANTOS, 2004, p. 292) reforça o argumento de que depois da Segunda Guerra Mundial, houve apenas uma única potência, e não a constituição de um mundo bipolar. A União Soviética não teria tido condições de disputar com o poder econômico, político ou militar criado pelos Estados Unidos. União Soviética e Inglaterra apareceram como importantes forças na área militar, mas nenhuma comparada à supremacia norte-americana.

Parte importante do gasto social público dos Estados Unidos foi direcionada para o setor militar, enquanto este país esteve constantemente envolvido em conflitos armados em todos os cantos do mundo para alimentar sua máquina armamentista e de guerra. O custo da hegemonia contribuiu para tornar a dívida pública norte-americana a maior do mundo e uma fonte lucrativa para subsidiar o crescimento do mercado especulativo financeiro mundial.

Estados Unidos, Europa e Japão passaram a incentivar suas atividades de pesquisa e desenvolvimento, no trabalho, na cultura e no lazer, sobre os meios de comunicação de massa e na educação de indivíduos aptos a lidar com a diversidade das sociedades contemporâneas, ao criar um modelo de sociedade vendido para o resto do mundo. Já que a população desta tríade correspondia a aproximadamente 20% da população mundial na década de 1990, os 80% restantes foram encarados como subalternos, ou seja, âncoras para a continuidade da exploração. O explorado deve seguir os passos do explorador, mas deve parar, caso haja a possibilidade de sair de sua condição de dominado, caso contrário, a própria exploração não subsiste (BOURDIEU, 2007).

Instituições como, por exemplo, a Organização Mundial do Comércio (OMC) criada em 1993 para substituir o Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT) tiveram sua representação de mundo guiada pelos países desenvolvidos. A estes Estados mais poderosos cumpriu a função de organizar e administrar o comércio mundial. Conforme (FREEMAN, 2000), a OMC foi estabelecida para assegurar a reprodução dos lucros de suas (dos países desenvolvidos) empresas multinacionais ou transnacionais estabelecidas na forma de monopólios e oligopólios em vários países do mundo, os quais dominaram parcela significativa do comércio mundial, e que não teve nada a ver com a idéia de livre mercado.

A França, que reduziu parte de seus gastos sociais, não elevou o número de empregos, mas fez com que subissem as margens de lucros de suas grandes empresas. Como salienta (HOBBSAWN, 1995, p. 274) sobre a localização das duzentas maiores empresas mundiais na década de 1980, “85% das “duzentas grandes” tinha sede nos EUA, Grã-Bretanha e Alemanha, com empresas de onze outros países formando o resto.”.

Não houve a criação de um livre mercado, o comércio mundial foi orientado em prol dos mais fortes com a liderança dos Estados Unidos, que na década de 1990 produzia cerca de 20% da produção mundial, continuando a manter a soberania militar e armamentista, conferindo-lhe o maior poder de decisão sobre as instituições internacionais mais importantes (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – FMI -, Organização das Nações Unidas – ONU -, Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN -, OMC etc.). Num período de cinco anos (1990-1995), a diferença do PIB entre os Estados Unidos e o Japão aumentou de 2,3 trilhões de dólares para 3,0 trilhões de dólares.

De 1988 a 1993, a ONU, liderada pelos Estados Unidos, principalmente pelo fim da oposição soviética, realizou treze intervenções pelo mundo, o mesmo número registrado para o período de 1945 a 1987, em nome da paz, da democracia, do livre mercado. As intervenções foram feitas para “manter” as nações do mundo unidas. A OTAN segundo (RODRIGUES, 2000), foi criada no ano de 1949 com o argumento de garantir a defesa europeia no pós-guerra. Com o final da guerra fria na década de 1980, a OTAN foi reformulada para subjugar os países europeus aos interesses expansionistas dos Estados Unidos através de suas grandes empresas transnacionais.

A Nova Ordem Mundial indexada pelos Estados Unidos atribuiu um papel importante para essas grandes instituições internacionais. Ao mesmo tempo em que os Estados Unidos mantiveram seus aliados subordinados a um ideal de interesses comuns, formulado em Washington, houve obviamente a repartição dos custos e benefícios com estes mesmos países de forma que contemplasse a todos. Isto realizado, sem dúvida, com muita disputa política e econômica, mas depois da Segunda Guerra Mundial não houve enfrentamento direto dos países desenvolvidos entre si.

A liderança mundial dos países desenvolvidos coordenada pela hegemonia dos Estados Unidos continuou a vigorar nos anos de 1990. Para responder à pergunta que pretenda investigar como isso foi e tem sido possível, temos uma série extensa de respostas. Uma delas, dentre outras, é apresentada por Claus Offe.

A razão é que o poder superior também significa habilidade superior para defender e reproduzir o poder. Os poderosos são menos

numerosos, mas dificilmente se dividem uns contra os outros, têm uma visão mais clara do que querem defender e têm maiores recursos para agir concertadamente. O que em seu conjunto implica que provavelmente terão mais êxito em recriar a situação inicial. (OFFE, 1984, p. 70).

3 AS REFORMAS NEOLIBERAIS PARA OS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS: O CASO DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS

3.1 Neoliberalismo na América Latina: a ampliação da má distribuição da riqueza

O aparecimento de uma bibliografia contemporânea, segundo (CERVO, 2010), que busca interpretar as relações entre os países na América Latina e com o resto do mundo, tem apresentado alguns modelos de análise para tentar compreender o período de desenvolvimento do capitalismo estabelecido entre a década de 1930 até fins da década de 1980. A implementação das reformas neoliberais na América Latina apresentou diferenças significativas quando comparadas com as dos países desenvolvidos industrializados. Por aqui, a ortodoxia foi mais severa na aplicação dos postulados das políticas econômicas e sociais.

Classificar de Estado de Bem-Estar os Estados latino-americanos têm sido uma tarefa bastante controversa. Além da defasagem com relação ao Estado de Bem-Estar desenvolvido pelos países desenvolvidos, os países latino-americanos apresentaram diferenciações importantes no processo de estruturação dos Estados e suas formas de garantir os direitos sociais. Segundo (SALAMA, 1997), o Estado de Bem-Estar diz respeito à intervenção do Estado, no sentido de estabelecer um sistema de proteção social caracterizado pela existência de direitos sociais universais relacionados com saúde, educação, habitação e garantias sociais como aposentadoria, doença, acidentes de trabalho, seguro-desemprego etc.

Para (LAURELL, 1997), alguns elementos poderiam permitir identificar os Estados latino-americanos como Estados de Bem-Estar antes da implementação das reformas neoliberais, através das análises sobre os direitos sociais e a seguridade social pública, oferecidas com a assistência médica; aposentadoria; seguros por acidente, doença ou maternidade; subvenções familiares e de lazer. Contudo, esta autora denomina os Estados de Bem-Estar latino-americanos como restritos e incompletos, pelos seus programas limitados e pelos seus critérios de inclusão.

Tanto a grande quantidade de excluídos do Estado de Bem-Estar, quanto a não uniformização para os beneficiados, justificariam essa classificação. Os beneficiados sempre foram muito diferenciados no que dizia respeito ao grupo social e à região. Em geral, os militares e os funcionários públicos costumavam receber aposentadorias maiores do que a média geral; no Chile, os militares recebiam oito vezes mais do que a média em 1980, quase três vezes na Colômbia em 1982 e aproximadamente cinco vezes no Uruguai no mesmo ano. No México e no Peru no início dos anos de 1980, as diferenças faziam com que as regiões mais pobres, ocupadas em sua maioria por populações indígenas, dispusessem de oito vezes menos leito de hospital *per capita* e de sessenta e três vezes menos médicos *per capita* do que as regiões mais ricas (SANTOS, 2004).

A execução de reformas econômicas e políticas neoliberais em massa num Estado, conforme ressalta a literatura (ANDERSON, 1995; SADER, 2003; SALAMA, 1997; SANTOS, 2004), teve com o Chile em 1973, sob a ditadura de Augusto Pinochet, o pioneirismo de apresentar para o mundo o que em muitos aspectos viriam a ser as novas reformas dos espaços públicos e privados. A política econômica do governo Pinochet foi entregue sem restrições políticas a um grupo de economistas da “Escola de Chicago”, inspirados pela filosofia liberal de Milton Friedman, os quais propunham uma política de combate à inflação de cunho monetarista como alternativa para a reversão da crise geral do capitalismo aprofundada na década de 1970.

Argumentos de uma ideologia burguesa que para (BORON, 1994), acabariam por garantir a manutenção do imperialismo, onde a livre concorrência seria substituída majoritariamente por monopólios ou oligopólios interligados em diversas regiões do mundo.

O governo e o Estado, nos argumentos de Friedman, poderiam coexistir com a presença de um mercado livre. Haveria inclusive um papel importante atribuído ao Estado para efetivar as condições econômicas, como na regulação e na implementação de suas melhores regras. “Esses são, pois, os papéis básicos do governo numa sociedade livre – prover os meios para modificar as regras, regular as diferenças sobre seu significado, e garantir o cumprimento das regras por aqueles que, de outra forma, não se submeteriam a elas” (FRIEDMAN, 1984, p. 31).

Em meados da década de 1960, havia três propostas de disputa política para a América Latina, de acordo com (SADER, 2003, p. 31): 1) o caminho socialista para o continente, iniciado com a revolução cubana; 2) o nacionalismo militar com o governo de Velasco Alvarado no Peru, seguido por Rodriguez Lara no Equador, pelo General Torres na Bolívia e pelo General Torrijos no Panamá; 3) a ditadura militar no Brasil. A disputa, no aspecto político girava em torno das crises dos governos democrático-liberais, e no aspecto econômico através da crise do modelo de substituição de importações.

Frente aos projetos revolucionários entre as décadas de 1960 e 1970, dentre eles o modelo de guerras de guerrilha em países como o México, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru, Argentina, Brasil e Uruguai, inspirados pela revolução socialista cubana, a América Latina, com destaque especial para o seu Cone Sul, reagiu com a instalação dos regimes militares para afastar as possíveis ameaças contra as seguranças nacionais apoiada pelo governo norte-americano e sua “Aliança para o Progresso” (SADER, 2003; SANTOS, 1996).

Nesse ambiente é que o monetarismo de Friedman encontrou no Chile, com a ditadura do General Pinochet depois do golpe militar contra Salvador Allende em 1973, um espaço oportuno para testar suas hipóteses econômicas; o combate à alta inflação que Jeffrey Sachs usou na Bolívia, tornaram-se as estratégias que seriam posteriormente utilizadas pelos países do Leste europeu (SADER, 2003). Ao comentar sobre o casamento do neoliberalismo com os países latino-americanos, o mesmo autor afirma: “O período de lua-de-mel do neoliberalismo na América Latina teve no Chile, na Bolívia, no México e na Argentina seus campos privilegiados de experimento” (SADER, In: SADER & GENTILI, 1995, p. 36).

Os resultados das políticas econômicas chilenas foram catastróficos e o seriam também para toda a América Latina nos anos de 1980 e 1990. Entre 1973 e 1983, a economia do Chile entrou num período longo de crise, com a diminuição do crescimento econômico – exceção de um crescimento moderado entre 1977 e 1980 -; as políticas econômicas de livre mercado faliram muitas das empresas nacionais chilenas e cederam lugar para grandes corporações multinacionais e transnacionais, que elevaram em torno de 30% o nível do desemprego no país, enquanto foram

favorecidas a concentração da produção, da renda e a centralização do capital pelas elites locais e internacionais.

Os anos de 1980 na região latino-americana, conhecidos como a “década perdida” pelo baixo crescimento e mesmo pela queda do produto bruto da região, elevaram de forma exorbitante as dívidas públicas de seus Estados, provocando déficits nas balanças de pagamentos e barrando os projetos de desenvolvimento para os seus países. Os governos buscaram estabelecer saldos comerciais que pudessem diminuir os déficits em economias que contaram com índices inflacionários aviltantes. As políticas econômicas foram direcionadas para criar a estabilidade monetária que substituiu as metas de desenvolvimento.

Abertura das economias nacionais para o mercado internacional; desregulação econômica; novas formas flexíveis de trabalho; privatização do patrimônio público; intensificaram-se a partir de 1980 nos países da América Latina. O crescimento das transações financeiras e as taxas de lucros resultantes deslocaram parte importante do capital para a esfera especulativa em detrimento da esfera produtiva, dessa forma, contribuindo para a elevação das dívidas e dos déficits públicos, do desemprego e da inflação.

No momento em que esses países almejavam implementar um novo modelo de desenvolvimento industrial, o mesmo foi assolado pelas reformas neoliberais. O aumento das dívidas externas dos países na década de 1980 ocorreu pela elevação das taxas de juros desencadeada primeiro nos Estados Unidos, e em virtude dos cortes de novos empréstimos pelas grandes instituições financeiras mundiais, que levaram a uma contração das fontes financeiras para o pagamento dos contratos das dívidas, através do envio dos lucros pelas corporações multinacionais aos seus países de origem ou para outros territórios, bem como dos investimentos de capitais locais em territórios estrangeiros.

Para o período compreendido entre 1980 e 1987, o valor total da dívida externa em dólares por habitante aumentou de 981 para 1.827 na Argentina; de 454 para 876 no Brasil; de 999 para 1.699 no Chile; de 719 para 1.317 no México; de 742 para 1.412 no Uruguai e de 1.803 para 1.996 na Venezuela. Em termos proporcionais, entre 1970 e 1987, a dívida externa deslocou sua representação no PIB de 8,6% para 61,7% na

Argentina; de 8,2% para 29,1% no Brasil; de 25,8% para 89,4% no Chile; de 8,7% para 59,5% no México; de 11,3% para 42,2% no Uruguai e de 5,7% para 52,3% na Venezuela.

Entre 1982 e 1989, uma quantia aproximada de 203 bilhões de dólares foi retirada da América Latina para os principais centros desenvolvidos; os mais de 10 bilhões de dólares pagos pela Argentina no mesmo período corresponderam a algo próximo de 97% de seu superávit comercial, 35% das exportações totais e 3,5% do PIB (BORON, 1994, p.32). Nos anos de 1982 e 1983 no Chile, o PIB diminuiu 13,7% e a população desempregada passou para a casa dos 20% (STIGLITZ, 2002, p. 152).

Como conseqüência, os mercados financeiros locais estiveram desequilibrados em meio a um conjunto de políticas monetárias e finanças públicas arruinadas (PFETSCH, 1998), margeadas por uma inflação, que conforme o país chegou aos três dígitos. Para impedir uma quebra geral, os laços de dependência entre grandes instituições multilaterais de crédito como o Banco Mundial e o FMI com a América Latina foram estreitados nos anos de 1980, o que implicou altos custos sociais para seus países, cujas economias foram subordinadas pelos empréstimos e pelas orientações políticas destas instituições.

O Banco Mundial desempenhou um papel de intermediário no diálogo econômico entre os países doadores e beneficiários, com a função de capitalizar fundos de financiamentos externos para desenvolver projetos prioritários, como no caso da pobreza e da educação, junto a determinados países em todas as partes do globo, com seus próprios recursos e com os de outros no mercado financeiro internacional. Já ao Fundo Monetário Internacional, coube o papel de coordenar as políticas de desenvolvimento e a promoção da estabilidade da balança de pagamento nos países sob os quais obteve o domínio.

Para garantir o pagamento dos serviços da dívida foi necessário criar um superávit comercial que, de um lado, foi concedido aos Estados por meio de subsídios no intuito de aumentar as exportações; de outro, os poucos investimentos internos acabaram sufocados pelas altas taxas de juros. Este superávit foi usado principalmente para pagar os juros das dívidas externas. Despencaram a demanda interna, as exportações, os salários dos trabalhadores, os investimentos internos e externos,

prejudicando o desenvolvimento dos países latino-americanos ao consolidar sociedades marcadas pela concentração excessiva, e conseqüentemente uma péssima distribuição de suas riquezas (SANTOS, 2004).

As políticas econômicas dos Estados latino-americanos para sair da crise estiveram ancoradas nos mesmos princípios daquelas usadas pelos Estados desenvolvidos. Mas ao contrário destes últimos, a abertura econômica foi feita às pressas e as políticas industriais que buscavam promover o desenvolvimento foram suplantadas em diversos setores, junto com a retirada expressiva do Estado no aparelho industrial através das privatizações e subjugado pelo desenvolvimento tecnológico ocorrido nos países desenvolvidos. Essa deficiência científica e tecnológica justificou, em parte, a abertura das fronteiras que viriam a desmontar os setores industriais estatais, mediante a imposição das potências industrializadas.

As taxas de investimento em relação ao PIB caíram para os países latino-americanos, entre os anos de 1980 e 1986, de 23,9% para 15,6%, mesmo com a poupança interna tendo aumentado de 21,6% para 22,7% em relação ao PIB. De acordo com (BORON, 1994, p. 200), o significado desses números registraria a queda de um terço nos investimentos transferidos através de remessas de lucros e pagamento das dívidas externas. Os investimentos governamentais diminuíram de 8,5% para 7,4% sobre o PIB entre 1982 e 1986 na Argentina, de 10,4% para 5,6% no México e de 9,6% para 7,3% na Venezuela.

Com as dívidas dos Estados e a configuração da transição de um modelo hegemônico de capitalismo para o neoliberalismo, ganhou o capital financeiro sobre as economias latino-americanas, que provocou o aumento da pobreza e da miséria para a maioria populacional na região. Para a Argentina, um país com uma tradição histórica nas lutas e nos direitos conquistados pelos trabalhadores, entre 1961 a 1980, a diminuição da renda nacional para os mais pobres passou de 17,3% para 14,5%, enquanto que a renda dos 10% mais ricos subiu de 39,0% para 44,0%. Entre 1981 e 1989, a variação do PIB por habitante acumulada sofreu queda de 24,9% na Venezuela, 23,5% na Argentina, 9,2% no México e de 0,4% no Brasil; Chile e Colômbia contrariaram estes números e elevaram a mesma variação em 9,6% e 13,9% (BORON, 1994).

Diante do aumento do desemprego e do deslocamento de parte dos trabalhadores para o setor informal da economia, o que por sua vez gerou maior quantidade de excluídos da proteção social, tivemos uma diminuição considerável no salário real. A arrecadação dos Estados sofreu quedas quando cresceu o número de aposentados e as fraudes, provocando atrasos nos pagamentos das contribuições sociais. Com as crises, esses fenômenos tornaram-se mais constantes quando, por exemplo, os empregadores usaram a especulação financeira de alta inflação para atrasar o recolhimento das contribuições. No que diz respeito ao setor privado, (SALAMA, 1997, p. 110) mostra os dados referentes à segunda metade da década de 1980 para as fraudes das contribuições sociais, de 23% do montante devido na Argentina, 33% no Peru, 27% no Uruguai e 60% para o Brasil.

Na metade da década de 1970 apenas México, Colômbia e Venezuela apresentavam regimes democráticos; ainda nos anos de 1980 os países da América Latina sofreram uma abertura política que restabeleceu os regimes liberais. A democracia eleitoral representativa que em muitos dos países desenvolvidos se consolidou com o final da Segunda Guerra Mundial, foi interrompida com os regimes militares nos países da América Latina, como no Chile, Brasil, Argentina, Bolívia e Uruguai. Mesmo com o forte apoio popular em países como o Brasil para a transição democrática, prevaleceram as coalizões conservadoras que levaram ao plano internacional o processo de liberalização.

O neoliberalismo passou a ter uma relação íntima com os governos democráticos e liberais; o lento avanço político presenciado com os processos de democratização caminhou ao lado da crise econômica e do aumento da pobreza e da miséria para as populações menos favorecidas latino-americanas.

O que anteriormente foi instaurado para garantir a manutenção da “ordem” capitalista nos países da América Latina, como no caso das ditaduras militares e seus modelos desenvolvimentistas, havia se tornado obsoleto. O que antes os Estados Unidos apoiou para os latino-americanos, no governo de Carter passou a ser combatido em prol dos regimes democráticos. O processo de democratização dos países latino-americanos na década de 1980 foi administrado por partidos liberais e conservadores que direcionaram a liberalização política e a transição para a

democracia, numa correlação com as políticas econômicas liberais, consolidando em definitivo as reformas neoliberais na região.

3.2 O impacto do neoliberalismo na década de 1990

As reformas neoliberais de “ajuste” estrutural estabelecidas nos países da América Latina na década de 1990 sob a liderança do Banco Mundial e do FMI, estiveram espelhadas nos princípios do Consenso de Washington, firmados em 1989. Em resumo, seus objetivos consistiam em promover a abertura das economias nacionais, desregulamentar os mercados, diminuir os gastos sociais dos Estados, flexibilizar os direitos e as formas trabalhistas, privatizar o patrimônio público e regular o déficit fiscal (DEL PINO, In: GENTILI & FRIGOTTO, 2002). As idéias da eficiência do mercado e das privatizações invadiram o palco latino-americano guiadas pelos países desenvolvidos e suas instituições internacionais, enganando as populações destes locais ao piorar as condições sociais em benefício dos seletos ricos.

O consenso das reformas liberais latino-americanas não foi algo instituído a partir do entendimento de suas populações, mas ao contrário, imposto sob o disfarce de desenvolvimento e modernidade para ampliar as técnicas de exploração das elites mundiais. Os resultados desembocaram numa excessiva valorização das moedas atreladas aos déficits comerciais; a abertura dos mercados fez com que muitos setores industriais nacionais falissem, porque tiveram que competir com as corporações internacionais, elevando as taxas de desemprego, da pobreza e da miséria. Ou seja, enquanto os países ricos do Ocidente forçaram muitos dos países pobres a acabar com suas barreiras comerciais e aumentar as importações, mantiveram ao mesmo tempo suas tradicionais medidas protecionistas.

Com a transição dos regimes democráticos, cumpriu-se a função de intensificar as reformas neoliberais nos países da América Latina nos anos de 1990. Nas observações de (CERVO, 2010), os processos de implementação das orientações políticas e econômicas sofreram variações. Argentina e Chile passaram por adaptações rápidas, severas e transformadoras; Brasil e Venezuela sofreram entraves políticos; o México caminhou para os lados do bloco da América do Norte.

A esquerda nos países latino-americanos também sofreu com a derrota do socialismo e o fim da União Soviética no final dos anos de 1980, até Cuba reformulou sua política econômica depois da crise de 1989-1994, onde o governo cubano permitiu a organização de atividades privadas antes destinadas exclusivamente ao setor estatal (com exceção da educação e da saúde), além de uma maior circulação de dólares e de contratos com empresas estrangeiras no país. Uma primeira leva de presidentes democráticos do começo da década de 1990 instalaria os suportes para as experiências neoliberais por toda a sua extensão até o final do século XX, composta por Carlos Andrés Peres na Venezuela, Alberto Fujimori no Peru, Carlos Saul Menem na Argentina, Carlos Salinas de Gortari no México e Fernando Collor de Mello no Brasil.

Uma prática política foi utilizada até o final de 1994, quando estourou a crise do México. A diminuição das taxas de juros internacionais e as várias negociações desafogaram temporariamente as dívidas externas, mas as políticas de ajuste davam sinais de sérios problemas. Os países foram levados a estabelecer políticas de déficit comercial em virtude do déficit comercial norte-americano, que precisava encontrar um equilíbrio na sua balança de pagamentos, ou seja, os países latino-americanos tiveram que passar a comprar mais dos Estados Unidos e exportar capital para a economia norte-americana justamente quando mais precisava desses recursos. Essa política econômica valorizou as moedas locais através da âncora cambial, aumentando as taxas de juros da dívida pública e a privatização da economia.

Na Argentina governada pelo presidente Menem (1989-1999), a racionalidade do neoliberalismo colocou o país diante de uma nova organização nacional, com o aumento crescente da pobreza e uma nova inserção internacional fez dos argentinos uma população de pagadores dos altos empréstimos contraídos. A limitação e a diminuição da eficiência dos gastos sociais pôde ser executada através das políticas de descentralização sobre os programas de assistência social angariadas pelo Estado, que a partir de 1989 passou a delegar a maior parte da responsabilidade desses programas de assistência para as suas províncias e municípios. De 1989 a 1991, mais de 14 bilhões de dólares foram pagos pelo governo Menem aos credores externos, sendo que mais da metade deste valor foi retirado da capitalização da dívida efetuada

com as privatizações, enquanto o desemprego passou para a casa dos dois dígitos durante toda a segunda metade dos anos 90 (BORON, 1994).

Frente a esses incentivos, as exportações e os índices de crescimento caíram na América Latina, mas as importações aumentaram, provocando déficits comerciais. Para tentar amenizar o rombo, a entrada de capitais de curto prazo atrás dos altos juros foi retirada depois de contemplar seus interesses, quer dizer, multiplicar-se na especulação financeira.

O setor financeiro apareceu e se ampliou com a elevação das dívidas externas e seus pagamentos repetitivos, beneficiando não só aos grupos mais ricos, mas também proporcionando a ascensão de setores intermediários restritos, membros importantes na defesa do neoliberalismo. Isso tudo orientado pelo ajuste estrutural determinado pelo Banco Mundial e o FMI desde a década de 1980 através das “leis” do Consenso de Washington.

Em 1992 foi criado o Mercosul, embalado por um pequeno período de crescimento econômico no início da década que durou pouco, e composto inicialmente por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. No intuito de fortalecer as relações comerciais no Cone Sul dos países latino-americanos, o Mercosul obteve importantes resultados entre as economias de médio porte, como o Brasil e a Argentina, que tinham um setor industrial consolidado.

Os acordos econômicos vieram a estimular novas relações diplomáticas na região, com a manifestação de interesses na incorporação ao Mercosul por países pertencente ao Pacto Andino, entre eles o Chile e o Equador, apesar das dificuldades pelas quais passou o Brasil com a desvalorização do real em 1999.

As crises pelas quais estiveram submetidos os países da América Latina, na segunda metade da década de 1990, impediu o fortalecimento e o crescimento do Mercosul, que passou a ser encarado como alternativa importante nas relações econômicas e políticas regionais. O resultado econômico da participação latino-americana no comércio mundial sofreu uma queda de 1,2% para 0,8% nesse período, refletindo seu baixo potencial externo tanto na economia quanto na política.

A prometida globalização experimentou um efeito contrário do que foi divulgado anteriormente, já que por estes números, refletidos pelo fracasso da política de

abertura, foi possível retroceder e não avançar. A globalização que foi experimentada esteve vinculada com a entrada massiva de produtos, tecnologias e hábitos culturais comprados a um preço de difícil mensuração, muito além do econômico, fixado pelos países desenvolvidos.

Sem recursos e com o desmonte crescente dos serviços públicos, o Estado do México não conseguia pagar mais os juros da dívida externa e seu sistema cambial desmoronou. As reservas abaixaram com a retirada de capitais do país por aqueles que sabiam que poderiam ganhar com a crise de 1994. O México possuía altas reservas de investidores internacionais próximas a 40 bilhões de dólares, e para que elas não fossem comprometidas, foi criado um fundo de outros 40 bilhões de dólares.

A garantia deste fundo criado por instituições internacionais pela pressão norte-americana foi alocada nos recursos das exportações de petróleo mexicana. Seu papel cumpriu a função de proteger tais investidores, reorganizar o peso mexicano e garantir que o Estado pagasse suas dívidas, cortando importantes recursos dos gastos sociais e intensificando a exploração sobre sua população marginalizada.

Na segunda metade da década de 1990 alguns países retomaram determinadas questões dos movimentos revolucionários da década de 1960 e 1970, entre eles a organização de um “novo” zapatismo em Chiapas, no México; o Movimento dos Sem Terra (MST) no Brasil; uma democracia de cunho participativo e bases bolivarianas na Venezuela; a ampliação das forças armadas e políticas das guerrilhas na Colômbia, como no caso das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Estes focos representaram movimentos contestatórios às reformas políticas e econômicas que vinham massacrando os países da América Latina.

Para sustentar o neoliberalismo, a Argentina teve que trabalhar com a política de paridade cambial com o dólar; El Salvador e Equador impuseram a dolarização de suas economias; a opção da “terceira via” fracassou com os governos de Fernando de la Rúa na Argentina, Ricardo Lagos no Chile e Vicente Fox no México, tal qual com os governos de Bill Clinton e de Tony Blair nos Estados Unidos e na Inglaterra com a mesma proposta. A pior crise desde a década de 1930 pela qual passou a América Latina de 1995 a 2000, nas observações de (SADER, 2003).

As políticas de ajuste fiscal que apareceram com o discurso inicial de reorganizar as economias no mundo via Banco Mundial e FMI, ao invés de estimular o crescimento e o desenvolvimento para os países subdesenvolvidos latino-americanos, mergulhou essas nações numa crise muito pior, dado o desequilíbrio das balanças de pagamento e o crescimento exponencial do endividamento público, o desestímulo ao investimento e o aumento da multiplicação especulativa de capitais em mercados financeiros, a expansão da pobreza e da miséria, como no caso da crise asiática em 1997 no Leste Asiático (fora a China), na Rússia em 1998 e no Brasil em 1999, enquanto os EUA passava por uma fase de crescimento econômico nesse período¹.

Quando um país passava por uma crise, os recursos e os programas do FMI não só conseguiam estabilizar a situação como também, em muitos casos, chegavam até mesmo a piorar o quadro, principalmente para as populações carentes. O FMI não só fracassou na sua missão original de promover a estabilidade global, mas também não teve êxito nas missões que tomou a seu cargo, como a de orientar a transição dos países do comunismo para a economia do mercado (STIGLITZ, 2002, p. 42).

Duas décadas de reformas neoliberais provocaram uma desestruturação dos Estados latino-americanos e debilitaram suas economias. Os Estados Unidos buscou invadir a região com propostas de acordo de livre comércio, entre eles a Alca e os acordos bilaterais estabelecidos com o Chile, Guatemala e El Salvador, no sentido de expandir sua capacidade hegemônica capitalista. Equador, Bolívia e Peru permaneceram dependentes do mercado norte-americano enquanto economias primário-exportadoras, com um movimento de massas no campo.

Assim, os resultados das políticas neoliberais indicaram um acréscimo de nove pontos percentuais sobre o índice da pobreza na região, que passou de 35% no início da década de 1980 para 44% no final da década de 1990, e de cinco pontos na taxa de indigência, que passou de 15% para 20% no mesmo período.

As formas de extrema exploração do trabalho foram intensificadas na década de 1990 principalmente nas maiores economias como o Brasil, o México e a Argentina. A mão-de-obra barata latino-americana foi justificada em nome da competitividade, enquanto os países mais competitivos pagaram os melhores salários para os seus

¹ Ver o capítulo 1.

trabalhadores. Porém, a estabilidade econômica e o aumento de produtividade do sistema empresarial teriam sido considerados os maiores ganhos dos governos na América Latina, mesmo com o aumento da dependência e o atraso histórico que esses governos neoliberais impuseram a suas populações.

Quando muitos economistas subservientes ao neoliberalismo argumentavam que os países da América Latina possuíam pequena poupança acumulada e de que era preciso capital internacional para cobrir os déficits, uma quantidade cada vez maior de recursos era retirada de suas economias sob a forma de fuga de capitais, pagamentos de juros, envio de lucros, pagamentos de serviços superfaturados etc.

A crise nos Andes, segundo (SANTOS, 2004, p. 19), teria sido ainda pior caso os negócios das drogas não tivesse expandido. A máfia colombiana passou a organizar a venda de drogas nos Estados Unidos e na Europa em parceria com as máfias italianas e cubanas que já controlavam boa parte do comércio ilegal nesses países. Como o fluxo de capitais foi muito grande, as máfias latino-americanas penetraram no mercado financeiro internacional, que lhes proporcionaram aumentar seu poder regional.

Os países da América Latina e várias partes do mundo passaram por crises num momento em que a humanidade produzia pelo menos, o suficiente para alimentar todo ser humano que estava vivo. As reformas políticas e econômicas neoliberais nos países latino-americanos acabaram por afastá-la ainda mais dos centros de poder mundial, tornando-a submissa às regras internacionais organizadas pelos países desenvolvidos.

Historicamente, o território e a população dos países da América Latina têm sido fonte de riquezas para garantir o poder de algumas nações mais poderosas no mundo. Com a falta de incentivos dos Estados em pesquisa e tecnologia, mas com a abertura da economia para os grandes monopólios ou oligopólios internacionais e o pagamento dos juros das dívidas, as distâncias entre os países da América Latina e os países desenvolvidos cresceram violentamente, ao estabelecer uma divisão ainda mais clara entre produtores de conhecimento e produtores de produtos primários ou tecnologicamente menos competitivos.

4 AS REFORMAS NEOLIBERAIS PARA O BRASIL

4.1 A democracia neoliberal e a garantia da “continuidade”

Até as reformas políticas e econômicas na década de 1980, o Estado brasileiro tinha como suas principais características: a centralização política e financeira no âmbito federal dirigida pelos governos militares; uma série de instituições fragmentadas; o caráter da tecnocracia; a privatização e o uso clientelístico das políticas públicas.

Afastou-se de uma proposta de seguridade social que vinculasse uma melhor distribuição dos produtos da economia para a sociedade como um todo, mediante um sistema deficiente e ineficaz em seus programas sociais, de altos custos nas suas implementações e gestões e com pequeno número de avaliações dos programas, muitas vezes com grande distância entre os formuladores e executores frente aos beneficiários das políticas públicas, por sua vez, instáveis e descontínuas. Ou ainda a luta entre os interesses burocráticos e privados sobre os mecanismos de funcionamento e regulação da máquina estatal (MEDEIROS, 2001, p. 18).

Com os governos militares (1964-1985) no Brasil, o Estado, de um lado, assumiu a função de compensar de forma restritiva determinadas parcelas populacionais, em contraposição a um período de excessiva concentração da riqueza pelas elites minoritárias no país. Por exemplo, apenas na Constituição de 1967, os trabalhadores rurais, aproximadamente metade dos trabalhadores brasileiros nesse período, foram inseridos como beneficiários de direitos trabalhistas, mas com diferenciações significativas quando comparados aos trabalhadores urbanos. De outro, o viés espelhado na produção desenvolvimentista procurou intervir e determinar as condições favoráveis para o crescimento econômico, como no caso da qualificação de uma mão-de-obra que teoricamente atendesse às exigências dos mercados de trabalho.

No caso brasileiro, o setor público estaria dividido em duas instâncias importantes (POCHMANN, 2001. p. 19). A primeira trata das funções de governo

representadas pela administração direta em todos os níveis, nas quais são somadas as autarquias e as demais atividades vinculadas exclusivamente ao orçamento público. A segunda diz respeito às empresas públicas, também divididas em duas outras partes: 1) o setor produtivo estatal que engloba as grandes empresas e subsidiárias pertencentes à base econômica; 2) empresas não pertencentes às atividades produtivas, principalmente nas áreas de serviços e transportes.

Mesmo parco, diante das demandas e carências da população brasileira, a construção de um sistema de proteção social pelo Estado entre os anos de 1930 até os anos de 1970 cresceu e se tornou complexo em sua organização, onde o gasto social público ultrapassou os 15% do PIB e desenvolveu quase todos os programas do moderno sistema de proteção social, tais quais os oferecidos pelos Estados desenvolvidos às suas populações (com exceção do seguro-desemprego), onde atendia a um número importante de indivíduos, mas de maneira desigual e insuficiente, sobretudo na assistência aos que mais necessitavam destes próprios programas (DRAIBE, 2003).

Apesar das reformas neoliberais na década de 1990, os gastos sociais não diminuíram, mas ao contrário, chegaram a superar a casa dos 20% do PIB no final do século XX, números próximos aos alcançados pelos principais países desenvolvidos no começo do mesmo século.

Para (GOMES, 2006), o Estado brasileiro não chegou a constituir um Estado de Bem-Estar Social até o início das reformas neoliberais na década de 1990, dada a sua antecipação na contenção de qualquer tipo de ameaça que pudesse sugerir rupturas. Os governos militares impulsionaram o fortalecimento de um sistema de seguridade social que reorganizou e unificou as instâncias previdenciárias, em especial, com a criação em 1966 do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), e do Banco Nacional de Habitação (BNH) no final dos anos de 1960 para financiar a habitação popular. Todos eles descontextualizados de uma base democrática, já que foram impostos de forma autoritária para atender aos anseios do desenvolvimento industrial, sob um capitalismo moderno e atrelado às fontes de acumulação internacionais.

O modelo adotado discursava que o crescimento econômico conduziria às melhorias sociais via acumulação da renda. De fato, a acumulação foi feita de forma surpreendente para a parcela dos 10% mais ricos da população, que aumentaram sua participação no PIB do país de 39,6% para 50,9% entre os anos de 1960 e 1980, ou ainda, a parcela dos 1% mais ricos da população aumentaram sua participação de 11,9% para 16,9%; já os 50% mais pobres, tiveram a perda de sua participação de 17,4% para 12,6% da renda nacional (BORON, 1994), diante de uma economia que cresceu a uma taxa média anual de 6,9% no mesmo período (POCHMAN, 2001).

Para manter essa taxa de crescimento junto com uma acumulação restritiva, a repressão aos movimentos sociais contestatórios se tornou uma das estratégias do desenvolvimento brasileiro para garantir a “segurança nacional”, enquanto algumas políticas sociais de natureza assistencialista foram implementadas pelo Estado no intuito de minimizar os pesados custos sociais advindos da má distribuição da riqueza interna.

As políticas monetárias levariam não apenas à concentração da renda, mas também econômica, à centralização de capitais, à dependência e à exclusão social, além de implementar o capital financeiro em mercados especulativos para a sua rápida reprodução em espaços cada vez menores de tempo.

O Estado liberal militar associado aos capitais privados nacionais e internacionais promoveu uma reforma “institucional da política econômica, do sistema fiscal e financeiro e da administração pública” (TAVARES & FIORI, 1993, p.141), que levou a um substancial crescimento do setor público sem autonomia burocrática, limitando a distribuição da riqueza.

A segmentação do processo de modernização no Brasil passou a determinar um setor industrial moderno em centros urbanos que cresciam rapidamente, convivendo com setores tradicionais da sociedade e com uma economia agrário-latifundiária e exportadora (FERNANDES, 1975); a fragmentação do mercado de trabalho restringiu a organização dos movimentos de trabalhadores e seu poder de influenciar as políticas sociais e os programas de atendimento à população.

No início dos anos de 1980 um forte movimento político na sociedade brasileira encampou como estratégia de luta a democratização das instituições públicas e a

modernização das instituições econômicas. A transição democrática foi feita num momento de crise econômica, em que a inflação descontrolada demonstrava a debilidade do Estado em encontrar alternativas eficientes que minimizassem os problemas econômicos e sociais.

O Brasil exportava importante soma de capitais com a elevação da dívida externa, esvaziando os cofres do Estado, que por sua vez impôs um freio ao modelo de industrialização que vigorava desde os anos de 1950, não apenas por parte dos investimentos do setor público, como também do setor privado.

Apesar da mobilização de distintos setores da sociedade brasileira no processo de transição democrática, a sustentação de (GOMES, 2006) é a de que a democratização foi feita de cima para baixo, camuflada desta vez com um discurso democrático elaborado pelas elites urbanas e rurais apoiado por setores variados da classe média, junto com as poucas estratégias oferecidas aos desfavorecidos para reivindicar seus direitos.

O governo da transição democrática foi comandado pelo antigo líder do partido da ditadura militar, José Sarney (1985-1990), que assumiu o cargo da Presidência da República depois da morte de Tancredo Neves (eleito pelo PMDB de forma indireta através do Congresso Nacional), num governo civil ainda marcado pelo caráter autoritário da ditadura militar.

A própria ditadura estabeleceu um modelo político transitório durante toda a sua extensão (ARTURI, 2001), que permitiu a atuação de partidos políticos e o funcionamento do Congresso com um calendário eleitoral, apesar das restrições políticas importantes.

As negociações do processo de democratização brasileira foram marcadas pelo forte controle das elites autoritárias, como no caso da supressão do movimento “Diretas-Já”, que organizou uma mobilização a qual exigia eleições com o voto direto para a Presidência da República. O projeto de emenda constitucional que a aprovaria, liderado pelo PMDB no Congresso, principal força de oposição no período, foi vetado em abril de 1984 (KINZO, 2001).

O período de democratização no país foi ampliado durante o governo civil de Sarney, caracterizado como “Nova República”, com a expansão do sufrágio aos

analfabetos em 1985; o fim da perseguição aos partidos comunistas; a aprovação de uma nova Constituição em 1988; uma nova organização dos movimentos sindicais antes controlados pelo Estado e a realização das eleições diretas para Presidente da República em 1989, que não aconteciam desde 1961 (ARTURI, 2001).

Por meio da Constituição de 1988 a descentralização fiscal passou a configurar as bases para possibilitar que o governo federal, os estados e os municípios tivessem autonomia e independência política graças aos mecanismos fiscais que garantiriam essa nova forma de autoridade política. No começo dos anos de 1990 os reflexos desta descentralização iriam produzir uma acirrada guerra fiscal e altos índices de endividamento vinculados às formas de arrecadação tributária delegadas aos estados e municípios pela Constituição de 1988 (ARRETCHE, 1997).

No campo das políticas sociais, a mesma Constituição estabeleceu o “direito social” como princípio político e o papel do Estado na manutenção e garantia desses direitos, junto com a contribuição complementar da iniciativa privada. A seguridade social teria a função de proporcionar a proteção ao indivíduo através da descentralização e da participação social frente a uma nova organização das instituições do sistema.

Muitos dos programas de seguridade sociais no começo dos anos de 1990 não foram respeitados no que diz respeito à alocação de seus recursos, sobretudo pelo fato do desconhecimento da maioria populacional em poder utilizar as instituições públicas como espaço de luta e construção democrática.

Com a posse de Fernando Collor de Mello, em março de 1990, iniciou-se o regime democrático no Brasil propriamente dito, cujo governo durou até 1992, quando deposto pelo *impeachment* gerado pela série de denúncias de corrupção, pela mobilização popular e pela ação do Congresso Nacional em solucionar a crise política.

Tanto seu vice e sucessor, Itamar Franco (1992-1995), quanto Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), legitimaram o presidencialismo como forma de governo; o federalismo como ponte central entre as relações da União com as unidades federativas; uma coalizão política como exercício de governo, com as características de um sistema partidário fragmentado, com pouca institucionalização, mas muito regionalizado, com “uma democracia eleitoral, um Executivo imperial e um

regime congressional que atua ora como colaborador, ora como sabotador das iniciativas do Presidente, ator central do sistema político” (CODATO, 2005, p 84).

3.2 A abertura econômica brasileira

No início dos anos de 1980 as políticas de estabilização provocaram a perda de reservas econômicas e uma alta desvalorização da moeda, que junto com o aumento do preço do petróleo, colocaram a taxa de inflação a um nível médio de 100% ao ano e que fecharia a década com uma média não inferior a 200% ao ano.

A crise da dívida externa de 1982 desequilibrou a balança de pagamentos, continuando a desvalorizar a moeda em 1983, onde os sucessivos governos nessa década (militares ou civil) preferiram adotar os ajustes externos como primeira alternativa para tentar superar as crises, criando superávits comerciais a fim de não desencadear problemas cambiais.

O superávit no ano de 1983 foi de 6,5 bilhões de dólares e de 9,1 bilhões de dólares em 1984, com a retomada do PIB que cresceu 4,5% nesse último ano, enquanto que a inflação saltou para a casa dos 200% ao ano em 1983 e a dívida externa subiu de 43,5 bilhões de dólares para 100 bilhões de dólares entre 1979 e 1985 (TAVARES & FIORI, 1993).

A expansão das empresas estatais que foi uma expressão do avanço do Estado até a década de 1980 no setor público desde a década de 1930, acabou interrompida e entregue no último governo da ditadura militar como garantia para a estatização da dívida brasileira, a fim de evitar uma moratória como a decretada pelo México em 1982; o país passava a ser um importante exportador de capitais com o aumento e o pagamento dos juros da dívida externa. O final da ditadura militar viveu o descontrole contínuo da inflação, a falência do Estado que vinha promovendo uma importante contribuição para o desenvolvimento nacional e a suspensão dos investimentos externos.

Os planos econômicos da segunda metade dos anos de 1980 não conseguiram instalar a estabilização monetária, mesmo com um crescimento do PIB entre 1985 e 1990 durante o período da Nova República, quando houve crescimento do superávit

comercial da economia. No que diz respeito à carga tributária bruta entre 1987 e 1989, diminuiu cerca de cinco pontos percentuais quando comparada com o período compreendido entre 1979 e 1984, ou seja, passou de 26% para 21%, estimulada pela sonegação, pelo crescimento da inflação e com a renúncia fiscal ligada às redes exportadoras, o que continuou a permitir a acumulação de capitais por parte das elites minoritárias, que cresceu nesse período, aumentando a pobreza e a miséria para a grande parcela dos que viviam na pobreza (TAVARES & FIORI, 1993).

Como resultado, o que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970 continuou na década de 1980 no que diz respeito à distribuição da renda no país. Os 20% mais pobres tiveram sua participação na renda nacional diminuída de 2,8% para 2,0%, e os 50% mais pobres sua parte diminuída de 12,6% para 8,5% entre 1980 e 1990; mas os 10% mais ricos aumentaram sua participação na renda nacional de 50,9% para 53,2% (os 5% mais ricos aumentaram sua participação de 37,9% para 39,4%; e os 1% mais ricos aumentaram sua participação de 16,9% para 17,3%); os 40% restantes, que comportam faixas intermediárias, tiveram um leve aumento de sua participação, que passou de 36,5% a 38,3% da renda nacional no mesmo período (SALAMA % VALIER, 1997, p. 42).

Em 1988 a política econômica do governo Sarney buscou renegociar a dívida externa e começou a esboçar algumas reformas liberais internas, as quais se aproximavam dos programas recomendados pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. A decomposição da coalizão de sustentação do governo e um novo surto inflacionário - combatido por medidas de congelamento de preços e salários -, não impediram que a inflação no ano de 1989 passasse de 30% a 80% ao mês, num espaço de pouco meses.

Quando ocorreram as eleições para Presidente da República em outubro de 1989, a crise que o Brasil enfrentava se arrastava para muito além do plano econômico, que esboçava o final de um modelo de desenvolvimento e que, segundo (SADER, 2003), mostrava a inserção do país na era da Terceira Revolução Industrial e em um novo cenário econômico mundial.

O projeto neoliberal foi efetivamente implantado com o governo Collor em 1990, inspirado pelas bases do Consenso de Washington, através da desregulação

econômica e salarial; das privatizações do patrimônio público (Programa Nacional de Desestatização); do projeto de Estado mínimo; da renegociação da dívida externa; dos mecanismos de mercado para integrar o país internacionalmente e promover sua modernização no âmbito interno. Esse projeto foi temporariamente limitado pelas denúncias de corrupção e pela deposição imposta pela sociedade brasileira via Congresso Nacional ao Presidente Collor no ano de 1992.

O receituário do programa de governo Collor esteve centrado num rígido combate da dívida interna, com o corte dos gastos públicos e da elevação da receita fiscal, que atingiu o superávit no final de 1990 de 1,2% do PIB, mas que durou pouco, ao apresentar déficit em 1992, com o pagamento da dívida pública retida e a emissão de uma nova, a qual absorveu parte considerável do superávit comercial do setor privado junto com a entrada de capitais de curto prazo, aumentando as reservas internacionais.

O desestímulo ao processo de desenvolvimento da industrialização nacional, foi feito, por exemplo, através das isenções fiscais de importação e da redução das tarifas médias alfandegárias, que entre 1990 e 1994 corresponderam a 32,2%, 25,3%, 21,2%, 17,1% e 14,2%, levando o PIB industrial a diminuir 9,33% em 1990 e 1991, e 6% em 1992. O PIB caiu 4% em 1990, 0,8% em 1991 e 1,5% em 1992; as taxas de investimentos diminuíram entre 6% e 7% ao ano nesse período; estimou-se a perda média de 30% a 40% dos salários reais e só na cidade da grande São Paulo, entre 1990 e 1992, o número de desempregados aumentou 141% (TAVARES & FIORI, 1993, p. 156).

A estratégia da política social entre os anos de 1990 e 1992 foi marcada pelo processo de desaparecimento e fragmentação burocrática, como reflexo dos ataques às estratégias de intervenção do Estado na vida social. A rápida descentralização provocou vazios institucionais em determinados setores das políticas sociais e sobrecarga em outros, além de ter sido marcada pelo forte clientelismo.

As reformas levaram ao corte de gastos no orçamento justificados pela descentralização administrativa, contrariando o que propunha o discurso neoliberal em aumentar a eficiência e a eficácia do gasto. Um dos maiores impactos nos gastos sociais no começo da década de 1990 foi a nova legislação da previdência rural, que

teve um aumento em torno de 52% com a incorporação de novos beneficiados, passando de 4,1 milhões em 1992 para 6,5 milhões em 1994 (CASTRO, 1993, p. 15).

Itamar Franco (1992-1995), depois de assumir o cargo da Presidência da República com o *impeachment* de Collor em 1992, colocou um freio temporário nas rápidas e intensas reformas políticas e econômicas que estavam sendo implementadas desde 1990, mas não mexeu nas bases do que estava sendo implantado.

No governo de Itamar Franco, o seu ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso (FHC), assumiu a tarefa de instalar um novo plano econômico que pudesse conter a alta inflação, tarefa que os outros planos dos anos anteriores não conseguiram fazer até o ano de 1994. Entre 1986 e 1994, o Brasil mudou quatro vezes de moeda e passou por seis tentativas de estabilização econômica. A série de fracassos ameaçou a capacidade do Estado de governar, colocando o problema da governabilidade como realidade cotidiana permanente (KINZO, 2001).

Lançado em julho de 1994, o Plano real esteve subsidiado pela taxa de juros, de câmbio e de importações. A valorização artificial da taxa de câmbio fez com que o real se fortalecesse frente ao dólar, passando a alterar a balança comercial que vinha produzindo superávit. Os setores brasileiros ligados à exportação diminuíram o fluxo comercial em virtude da falta de incentivo à industrialização, com aumento significativo no número de desempregos formais e a elevação dos preços dos produtos brasileiros tanto dentro quanto fora do país.

A força política de FHC esteve principalmente relacionada com a contenção drástica da inflação junto com o aumento do salário mínimo, beneficiando os setores mais pobres da população, além de constituir um governo que estaria em oposição à esquerda composta por Lula e Brizola, a qual atemorizava as elites e vários setores das classes médias.

Depois de eleito em 1994, o governo FHC (1995-2002) acabou por assumir o mesmo projeto neoliberal proposto para os países da América Latina pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, com o combate à inflação e a redução do papel do Estado como matriz da estagnação e do atraso na economia (GUIMARÃES, 2004). O governo FHC daria o retorno a uma coligação majoritariamente conservadora que continuaria as políticas do período anterior, de abertura ao capital internacional, da

privatização do patrimônio público e a excessiva exploração dos trabalhadores em prol das elites nacionais e internacionais.

O mercado interno não esteve na pauta de preocupações da política de abertura comercial. A alta valorização cambial da moeda em seu início tornou os produtos importados mais baratos, os quais invadiram o mercado brasileiro em diferentes setores da economia, enquanto o parque industrial nacional sofria perdas pela falta de competitividade com os setores externos, aumentando o desemprego.

Em 1997 a moeda já havia desvalorizado em 33% desde sua criação frente ao dólar, mas a inflação interna não permitiu que os preços dos produtos nacionais pudessem competir com a supremacia dos produtos importados (SOARES, 2001). No ano de 1992 as exportações superavam as importações em 14,5 bilhões de dólares, enquanto em 1997 as importações superavam as exportações em 9,3 bilhões de dólares.

As taxas de juros elevadas (que chegaram às mais altas do mundo) e a venda de títulos públicos de curta duração tiveram a função de atrair capital especulativo internacional para que o buraco criado nas contas externas do país pudesse ser controlado, evitando problemas semelhantes aos da crise mexicana em 1994. Quando em 1991 a entrada de capitais no país foi deficitária em 4,1 bilhões de dólares, em 1997 o superávit provocado pela entrada de capitais externos esteve na casa dos 33 bilhões de dólares. De 1994 a 1999, tanto a dívida externa saltou de 75,5 bilhões de reais para 240 bilhões de reais, quanto a dívida interna pulou de 153 bilhões de reais para 500 bilhões de reais.

Os gastos do Brasil com o pagamento de juros da dívida entre 1995 e 2000 foram maiores do que os gastos com saúde e educação no mesmo período. Outra parte do capital estrangeiro acabou sendo investida diretamente na produção de bens e serviços, como no processo de privatização das empresas estatais e dos serviços públicos, bem como na aquisição de patrimônio privado nacional. Novas empresas estrangeiras oriundas de alguns dos principais países desenvolvidos, beneficiadas pelos acordos da Organização Mundial do Comércio, reforçaram a transferências de recursos para o exterior, sobretudo nos setores de serviços, ineficientes em atender às demandas exigidas.

Inspirado pelo aumento nos níveis das reservas, que chegaram a 62 bilhões de dólares em 1997, “o governo brasileiro lançou-se numa aventura só possível num espaço econômico altamente centralizado e diante de uma sociedade civil débil e passiva” (SANTOS, 2004, p. 457). Praticamente dobrou a taxa de juros – de 28,6% para 42% -, disponibilizando uma elevada quantidade de títulos no mercado financeiro para sustentar as taxas de juros. Nesse ambiente, a especulação dos grandes capitais mundiais teria as oportunidades ideais para sugar em curto prazo os lucros retirados dessa excessiva medida intervencionista do Estado, cuja dívida pública crescia sem precedentes.

O corte nos gastos com serviços públicos e o pagamento dos altos juros dos títulos da dívida interna não foram suficientes para equilibrar as contas dos cofres do Estado. Ainda seriam necessárias as vendas do patrimônio público, entregue a preços módicos, sobretudo aos grandes capitais externos através das privatizações que geraram mais um escândalo com os resultados de seus processos, justificados com a finalidade de deslocar a produção de bens e serviços públicos para o setor privado, no sentido de melhorar o uso dos recursos públicos, mal administrados porque continham o viés público ou porque determinados setores da sociedade acabavam por receber mais benefícios do que efetivamente contribuía.

Estimou-se em 30% a perda do PIB do Estado para grupos privados, onde setores importantes da economia brasileira foram vendidos em situações de pouca transparência pública, comprometendo ainda mais a economia brasileira. Parte do dinheiro nas transações das vendas do patrimônio público já era destinada para o pagamento da dívida pública, o restante dos capitais, a maioria da população não tem a menor idéia de onde foram parar. Assim, o modelo de intervenção estatal foi reformulado, em nome da competição e da eficiência dos setores privados que não cumpriram as metas que lhes foram delegadas, de melhorar o desenvolvimento econômico e social do país.

As empresas públicas na década de 1980 ainda conseguiram criar 229 mil novos empregos formais, mesmo com a privatização de 38 empresas públicas que tiveram um receita de 823 milhões de dólares, dos quais 636 milhões de dólares foram transferidos para o pagamento da dívida pública. Na década de 1990 o número de

empresas públicas privatizadas subiu para 166, cuja arrecadação obteve uma receita de aproximadamente 74 bilhões de dólares, dos quais cerca de 18 bilhões transferidos para o pagamento da dívida pública e com uma redução média de 500 mil empregos formais (POCHMANN, 2001).

No governo de FHC, o aumento do salário mínimo e das antecipações por aposentadorias antes das reformas do sistema previdenciário elevaram o Gasto Social Público (GSP), que chegou a 22,3% do PIB em 1999, ante um movimento ininterrupto de crescimento desde o ano de 1995, quando o GSP foi de 20,7%. Mesmo assim, o crescimento do GSP não acompanhou o aumento que sofreu as contribuições sociais, ambas em relação ao PIB, ou seja, o investimento da população com o pagamento das contribuições, não obteve o retorno diante do que foi extraído do fruto de seu trabalho. A globalização acabou por diminuir os poderes de decisão internos sobre as políticas sociais, em virtude da expansão da autonomia do capital e redução do poder do Estado e do trabalho (CASTRO, 2003, p. 44).

Em 1997, diante da crise asiática, o Fundo Monetário Internacional já havia alertado o Brasil para a necessidade de desvalorizar o real, mas o risco da fuga de capitais num período próximo à reeleição de FHC poderia comprometer o futuro mandato. Esse fenômeno pôde ser suportado até as vésperas da eleição de 1998, quando houve uma retirada de capitais externos acima de 50 bilhões de dólares, o que “somado ao déficit da balança de pagamentos brasileira, conduzia o país à total falta de liquidez e à sua inviabilidade internacional” (SANTOS, 2004, p. 240).

A condução dessas políticas não poderia deixar de levar a uma crise econômica com uma saída maciça de capitais do país na segunda metade de 1998 até a desvalorização em janeiro de 1999, no início do segundo mandato do governo de FHC. O crescimento da dívida pública superou os 60% do PIB no final do século XX, enquanto houve elevação das receitas públicas, demonstrando a irresponsabilidade do renomado sociólogo e sua equipe de governo quando no comando do país.

No caso desse aumento das receitas públicas, foi direcionado para o pagamento dos juros da dívida pública. Apenas com a “ajuda” do Fundo Monetário Internacional e do governo norte-americano com um fundo de 41 bilhões de dólares, os impactos da crise foram amenizados.

No comando da Nação, o presidente FHC conseguiu colocar em prática suas aspirações teóricas desenvolvidas sobre a teoria da dependência, nas quais os países periféricos poderiam produzir certo desenvolvimento através de suas integrações “nos fluxos de riqueza e investimento no mercado capitalista mundial” (FERNANDES, In: CARRION & VIZENTINI, 2000, p. 298).

Essa forma de desenvolvimento insustentável, em que uma parte maciça dos investimentos de capitais de curto prazo procurou sua rápida reprodução nos mercados especulativos provocando redução nos investimentos dirigidos para os setores da indústria de base e na oferta do número de empregos formais, terminaria o século XX tendo como resultado para o Brasil, duas décadas de baixo desenvolvimento econômico e social.

O Brasil teve um crescimento dependente e concentrador, no qual o projeto de desnacionalização, ainda que encaminhado pelas vias institucionais, acabou amplamente aceito pela maioria esmagadora da sociedade brasileira. Ao invés de serem afrouxados os laços da dependência externa com o governo de FHC, tivemos um aumento da dependência de capitais, da ciência e da tecnologia, da cultura e dos direcionamentos políticos impostos pelos países desenvolvidos e as instituições internacionais multilaterais, comandados principalmente pela potência hegemônica na qual se tornou os Estados Unidos (SODRÉ, 1998).

A forte presença do Poder Executivo no cenário nacional, principalmente no governo de FHC, pôde ser constatada no número de medidas provisórias e de decretos governamentais transformados em leis, apoiados pelo consentimento do Congresso. De 1989 a 1998, o Poder Executivo enviou 2.074 projetos ao Congresso, dos quais obteve 1.606 aprovações; já o Poder Legislativo apresentou 16.217 projetos de leis, dos quais apenas 262 foram aprovados. A predominância dos assuntos da agenda do Poder Executivo tratou de questões econômicas e administrativas, enquanto o Poder Legislativo teve a responsabilidade de tratar de assuntos sociais (GUIMARÃES, 2004, p. 141).

O discurso de que a diminuição do papel do Estado levaria o país ao crescimento econômico e ao aumento do número de empregos formais, procedeu-se de maneira contrária, através do baixo desempenho econômico em uma década que foi

apresentada como a que teve a pior variação do Produto Interno Bruto de todo o século XX; além do aumento do número de desempregados com o processo de desnacionalização da economia.

O setor privado não conduziu a um crescimento da economia e melhorias na qualidade de vida da sociedade, pelo contrário, assolou e lutou sem freios nos mercados competitivos que legitimaram as formas de concentração restritivas de capitais.

Em parceria com o processo de privatização e descentralização, a desregulação da concorrência e a realização das reformas administrativas, previdenciárias e fiscal ao longo da década de 1990, levaram a uma série de desmontes das funções do aparelho estatal, menos intervencionista e mais regulatório, ajustado às necessidades fiscais. O Estado perdeu a função de responsável direto pelo desenvolvimento socioeconômico, com menor participação na produção de bens e serviços.

Um saldo de 3,2 milhões de empregos foi a perda dos postos de trabalho na década de 1990, dos quais 17,1% diretamente vinculados com as privatizações do setor produtivo estatal. As novas formas de contrato de trabalho temporário, rotativo, terceirizado e instável diminuíram o salário real e tornaram ainda mais dependentes os trabalhadores nos ambientes de trabalho. Quando em 1989 o Estado atendia a 100% dos serviços públicos, dez anos depois, em 1999, esses números passam para 32,8%, descumprindo o que havia sido determinado na Constituição de 1988 quanto às suas funções sociais.

As empresas privadas estrangeiras tiveram uma participação de 42% no total das vendas prestadas nos serviços públicos, bem como aumentaram sua participação no setor financeiro de 6% para 29,6% no mesmo período, enquanto a participação do Estado caiu de 58,9% para 35,6% (POCHMANN, 2001, p. 35). Em dez anos (1989-1999) o setor da indústria de tecnologia de informação e comunicação (ITIC) registrou perda de 22% na sua oferta de empregos. Ao contrário, nos setores vinculados aos serviços, suas participações cresceram 22%, onde registrava 66% da oferta da ocupação no ano de 1999.

A concentração da ocupação e da produção continuou reforçada nas regiões Sul e Sudeste do país, devido à melhor infra-estrutura, de uma mão-de-obra mais qualificada e dos grandes centros urbanos consumidores, para atender às exigências de empresas com tecnologias mais avançadas e com a produção de mercadorias de maior valor agregado.

Em detrimento da guerra fiscal, as regiões menos desenvolvidas puderam atrair produção e empregos de setores de atividades econômicas mais intensivos de mão-de-obra; enquanto as regiões mais desenvolvidas aumentaram sua participação relativa atraindo setores mais dinâmicos e tecnologicamente mais avançados, ao mesmo tempo em que foram as mais prejudicadas com a diminuição do número de empregos na década de 1990. O movimento sindical nesse período apresentou queda na taxa de sindicalização e no número de greves, fragmentou as negociações e diminuiu a quantidade de cláusulas acordadas, mas mesmo assim aumentou o número de sindicatos não mais necessariamente atrelados ao Estado.

Também a década de 1990 não viu diminuir a concentração de riqueza no país, mas com o aumento do desemprego, os problemas não poderiam deixar de ser agravados. No final do milênio, mais da metade da população brasileira estava enquadrada dentro da pobreza ou da extrema pobreza. No ano de 1999, o PIB teve um aumento de 0,6%, quando a renda do trabalho foi reduzida em 7,1%.

As rendas derivadas dos juros, dos lucros e dos aluguéis de imóveis aumentaram, ao privilegiar segmentos restritos da população, levando à queda relativa da participação do trabalho na renda nacional. Problemas tradicionais como a reforma agrária, tributária e social, junto com um crescimento econômico distributivo, não foram solucionados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reformas políticas e econômicas dos programas neoliberais tiveram impacto em todos os continentes e, com maior ou menor força, sobre seus respectivos países. O conjunto das regras teóricas e práticas, das ações e recomendações direcionadas aos governos e às economias nacionais, às reformas dos Estados e das suas políticas, não assumira a forma de receitas prontas para o exercício da gestão pública. Ao contrário, particularidades e semelhanças na execução dos postulados neoliberais em escala global remetem aos estudos de caso, ao levar em consideração cada Estado nação dentro de sua conjuntura histórica.

De forma geral, o neoliberalismo para os países desenvolvidos assumiu características bem distintas daquele projetado para os países subdesenvolvidos, isso devido ao desenvolvimento do capitalismo em cada nação e sua inserção dentro dos mecanismos políticos e econômicos em nível internacional, apesar das várias estratégias relacionadas com os princípios e os fundamentos de um corpo de doutrinas implementadas em uma lista extensa de países com princípios e regras semelhantes, principalmente depois da abertura econômica do principal eixo opositor ao capitalismo, como no caso da condução do FMI na administração da transição para uma economia de mercado na antiga União Soviética e nos países socialistas da Europa; a criação de uma grande e potencial economia de mercado na China; a queda do muro de Berlim e a unificação da Alemanha em um único território capitalista, e os demais casos socialistas, como o de Cuba, por exemplo, que não impediu uma certa abertura econômica na década de 1990.

O neoliberalismo consistiu numa reorganização do imperialismo, na manutenção da soberania dos interesses dos países ocidentais e suas parcelas minoritárias da população mundial em acreditar que o mundo e o restante da população devem servir aos seus interesses e propósitos, tanto pelo consenso da manipulação da consciência, que facilita o processo, majoritariamente visto em sociedades como a do Brasil, quanto pela dominação através do uso força.

Mesmo as desigualdades sociais dos países desenvolvidos são significativamente diferenciadas dos demais países do mundo; um pobre nos Estados Unidos ou na Suécia acaba por ter uma quantidade de oportunidades sociais maiores do que um pobre na Etiópia ou na Bolívia, principalmente pela excessiva maior quantidade de pobres no mundo subdesenvolvido.

Quando os países subdesenvolvidos foram forçados a diminuir ou até a eliminar suas tarifas comerciais pelos países desenvolvidos, os mesmos acabaram por manter as suas barreiras alfandegárias, limitando as exportações dos países em desenvolvimento, constituídas principalmente de produtos agrícolas. Essa diferenciação cumpre papel importante para o entendimento de como ocorreu o processo de abertura das economias em países como os latino-americanos e em países como o Japão, a Alemanha e os Estados Unidos.

O papel do Estado neoliberal foi fundamental para decretar a condenação dos direitos sociais e da separação entre os benefícios e a contribuição do trabalho, ao favorecer a hegemonia do capital financeiro; privatizar o patrimônio público; desregular a economia; flexibilizar a organização do trabalho; diminuir o investimento na produção aumentando o desemprego; contribuir para a manipulação ideológica através dos processos tecnológicos da comunicação de massa. No que diz respeito às esferas de decisões do aparelho estatal, caracterizou-se o neoliberalismo pelo fortalecimento do Poder Executivo, dependência do Poder Judiciário ao Poder Executivo e restrição do Poder Legislativo.

Uma herança comum rompeu as fronteiras com a desagregação das sociedades, ao aumentar as dificuldades em estender os laços de solidariedade, de integração social e da ação coletiva, contrariando os preceitos e a prática da cidadania em bases democráticas sólidas. A competição e a competência assumiram os preceitos para os ditames da determinação de méritos duvidosos, necessários para a manutenção das desigualdades sociais, geralmente encoberta com a falsa noção do desenvolvimento, através da formação de seres conscientes diante de uma falsa consciência.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P (orgs) . **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

_____. O trabalho, a produção destrutiva e a dês-realização da liberdade. In: CARRION, R. K. M.; VIZENTINI, P. F. **A crise do capitalismo globalizado na virada do milênio**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

ARRETCHE, M. T. S. **O sistema de proteção social brasileiro: em direção a um modelo descentralizado**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 11(3), p.20-31, 1997. <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 30 abr. 2010.

ARTURI, C. S. **O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, n.17, p.11-31, nov. 2001. <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 30 abr. 2010.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Trad. M. A. Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BORON, A. A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Trad. E. Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. F. Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?** Novos Estudos, 86, p.51-72, março 2010. <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 01 jun. 2010.

CASTRO, J. A *et al.* **Análise da evolução e dinâmica do Gasto Social Federal: 1995-2001**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, out. 2003.

CERVO, A. L. **Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina**. Rev. Bras. Polít. Int., 43 (2), p.05-27, 2000. <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 30 abr. 2010.

CODATO, A. N. **Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, n.25, p.83-106, nov. 2005. <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 30 abr. 2010.

CORTEZ, R, P, S. **Globalização e proteção social nos países desenvolvidos: uma análise da literatura.** Revista de Sociologia Política, Curitiba, V.16, n.31, p.161-176, nov.2008. <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 30 mar. 2010.

DRAIBE, S. **A política social no período FHC e o sistema de proteção social.** São Paulo, Tempo Social, vol.15, n.02, p.01-12, nov. 2003. <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 01 jun. 2010.

DEL PINO, M. Política educacional, emprego e exclusão social. In: GENTILI, P; FRIGOTTO, G. (orgs.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho.** São Paulo: Cortez Editora; [Buenos Aires, Argentina]: CLACSO, 2002.

ESPING-ANDERSEN, G. **Orçamento e democracia: o Estado-Providência em Espanha e Portugal, 1960-1986.** Análise Social, V.28, n.122, p.589-606, 1993. <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 10 out. 2009.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, L. Os imperativos políticos de uma agenda alternativa de desenvolvimento. In: CARRION, R. K. M.; VIZENTINI, P. F. **A crise do capitalismo globalizado na virada do milênio.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

FIORI, J. L. **Estado de Bem-Estar social: padrões e crises.** Physis, Rio de Janeiro, V.07, n.02, p.129-147, 1997. <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

FREEMAN, A. O império contra-atacou? In: CARRION, R. K. M.; VIZENTINI, P. F. **A crise do capitalismo globalizado na virada do milênio.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade.** Trad. L. Carli. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

GOMES, F, G. **Conflito social e welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil.** RAP, V.02, n.40, p.201-236, mar./abr. 2006. <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 30 mar. 2010.

GUIMARÃES, J. **A crise do paradigma neoliberal e o enigma de 2002.** São Paulo em Perspectiva, n.15(4), p.136-144, 2004. <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 30 abr. 2010.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. Trad. A. M. Capovilla; J. I. Stelle. Rio de Janeiro: Exped: Instituto Liberal, 1984.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Trad. M. Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KINZO, M. D. G. **A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. São Paulo em Perspectiva, n.15(4), p.03-12, 2001. <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 30 abr. 2010.

LAURELL, A. S. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, A. C. **Estado e Políticas sociais no neoliberalismo**. Trad. R. L. Contrera. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

MALAGUTI, M. L.; CARCANHOLO, M. D.; CARCANHOLO, R. A. **A quem pertence o amanhã? Ensaio sobre o neoliberalismo**. Trad. M. L. Malaguti; R. A. Carcanholo; N. N. Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

MEDEIROS, M. **A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2001. <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 30 mar. 2010.

MENGZI, F. Mitos e realidade da crise financeira asiática: reflexões sobre as rivalidades e desenvolvimentos na globalização. In: CARRION, R. K. M.; VIZENTINI, P. F. **A crise do capitalismo globalizado na virada do milênio**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

NAVARRO, V. Produção e Estado do bem-estar. In: LAURELL, A. C. **Estado e Políticas sociais no neoliberalismo**. Trad. R. L. Contrera. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Trad. B. Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PFETSCH, F. R. **Capacidade de atuar e legitimação do Estado democrático de direito na era da globalização**. Revista Brasileira de Política Internacional, Campinas, n.41 (2), p.102-117, 1998. <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 17 nov. 2009.

POCHMANN, M. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Trad. F. Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RODRIGUES, M. U. A geopolítica do Império configura uma ameaça à humanidade. In: CARRION, R. K. M.; VIZENTINI, P. F. **A crise do capitalismo globalizado na virada do milênio**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social: repensando o Estado Providência**. Trad. S. Bath. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SADER, E. **A vingança da História**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SADER, E.; GENTILI, P (orgs) . **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALAMA, P.; VALIER, J. **Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo**. Trad. C. M. Mathieu. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, T. **América Latina: democratização e ajuste estrutural**. Anos 90, Porto Alegre, n. 5, julho 1996. <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 30 jun. 2010.

_____. **Do Terror à esperança: auge e declínio do liberalismo**. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004.

SOARES, S. *et al.* **O que (não) sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, nov. 2001.

SODRÉ, N. W. **A farsa do neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

STIGLITZ, J. E. **A globalização e seus malefícios**. Trad. Bazán Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Futura, 2002.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **(Des)ajuste global e modernização conservadora**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

TOLEDO, E. G. Neoliberalismo e Estado. In: LAURELL, A. C. **Estado e Políticas sociais no neoliberalismo**. Trad. R. L. Contrera. São Paulo: Cortez Editora, 1997.